A pedido do Astério

*Excelentíssima Senhora*
***MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT.***
*Prefeita Municipal da Estância Turística de Holambra*

*Estância Turística de Holambra, 01 de julho de 2009.*

*Venho solicitar os bons préstimos de Vossa Excelência, visando à possibilidade de se providenciar um ônibus, com motorista, para estar levando os fiéis da Igreja Assembléia de Deus do Bairro Groot, com destino à cidade de Cosmópolis.*

*Estaremos indo participar de evento a realizar-se no dia 03 de julho de 2009, com saída às 18 horas e trinta minutos, defronte à Igreja e retorno às 22 horas.*

*Certo de contar com o atendimento desta solicitação, fico no aguardo do mesmo, pedindo desculpas por não ter sido solicitado com antecedência.,*

**PP. OSIEL GALDINO DA SILVA**
**Assembléia de Deus**
**Bairro Groot**

01/7/2009
PROT. P/ AVERIGUAÇÃO
Gilberto Falco
Diretor de Transporte

Democratas25

**Circular DEM 001/2009**
São Paulo, 09 de março de 2009

REFERENTE: OBRIGAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2009

Prezado companheiro democrata,

A Direção Estadual do "Democratas" em São Paulo, por seu Presidente abaixo assinado, vem à presença de Vossa Senhoria alertá-lo para o cumprimento das seguintes obrigações no decorrer do Exercício de 2009. Para tanto, preparamos uma tabela que segue anexa.

Vale a pena observar que tais obrigações compõe normas e procedimentos previstos na Justiça Eleitoral, Receita Federal e no nosso Estatuto, sendo passíveis de pesadas multas e, inclusive, intervenção do órgão partidário. É recomendável desde já, contato com um contabilista para o devido assessoramento.

Portanto companheiros, manter o partido em ordem é um dever dos dirigentes locais, para que nossa agremiação continue firme na luta dos nossos propósitos e unida em torno de um ideal.

Sendo o que se propõe, estamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos através dos endereços eletrônicos: presidente@democratassp.org.br e democratas@democratassp.org.br .

Atenciosamente,

GILBERTO KASSAB
Presidente

**Democratas - São Paulo**
*Rua Boa Vista, 76 - 4º andar - Centro - São Paulo - SP - CEP 01014-000*
*Fone: (11) 3118-2525 - Fax: (11) 3105-2525*
*democratas@democratassp.org.br*

# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.camaracampinas.sp.gov.br

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei serão cobertas através de verbas próprias consignadas no orçamento, suplementadas se necessário

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 21 de Abril de 2009.

**Petterson Prado**
**Vereador-PPS**

# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.camaracampinas.sp.gov.br

SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL CAMPINAS

## JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI

**Autoria: Vereador Petterson Prado**

**EMENTA: Dispõe sobre o atendimento preferencial, em estabelecimentos comerciais, bancários, de serviços e similares, de pessoas que já tenham doado, em vida, órgãos ou tecidos.**

O presente Projeto de Lei prevê atendimento preferencial e prioritário às pessoas que já tenham doado, em vida, órgãos ou tecidos.

Com tal providência, pretende incentivar a doação de órgãos e tecidos, providência que pode salvar vidas e que ainda é muito pouco realizada no Brasil.

Por outro lado, a estipulação da prioridade e preferência no atendimento não trará nenhum ônus à sociedade, que pode ainda se conscientizar na necessidade das doações de órgãos e tecidos.

Por estas Justificativas, apresenta-se o presente Projeto de Lei Ordinária que desde já se requer tenha o trâmite regimental perante esta Câmara Municipal.

Sala das Sessões, 21 de Abril de 2009.

**Petterson Prado**
**Vereador-PPS**

# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

www.camaracampinas.sp.gov.br

159155

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº** 231/09

**Autoria: Vereador Petterson Prado**

**EMENTA: Dispõe sobre a isenção da taxa de inscrição em concursos públicos municipais, às pessoas que já tenham doado, em vida, órgãos ou tecidos.**

A Câmara Municipal aprovou e eu Prefeito Municipal de Campinas, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam isentas do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos no Município de Campinas as pessoas que já tenham doado, em vida, órgãos ou tecidos.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 21 de Abril de 2009.

**Petterson Prado**

**Vereador-PPS**

**Camara Holambra**

**De:** "Renata Pavan" <renatapavan@gmail.com>
**Para:** <cauemacris@camara-americana.sp.gov.br>; <imprensa@camara-americana.sp.gov.br>; <cmanogueirasp@yahoo.com.br>; <presidencia@camaracampinas.sp.gov.br>; <ass.presidencia@camaracampinas.sp.gov.br>; <imprensa@camaracampinas.sp.gov.br>; <cmcosmo@uopl.com.br>; <camaraholambra@camaraholambra.com.br>; <presidencia_cmh@hotmail.com>; <p.vialto@hotmail.com>; <drchiaparine@camaraindaiatuba.sp.gov.br>; <imprensa@camaraindaiatuba.sp.gov.br>; <david.bueno@camaraitatiba.sp.gov.br>; <debora@camaraitatiba.sp.gov.br>; <cmj@camarajaguariuna.sp.gov.br>; <presidente@camaramontemor.sp.gov.br>; <imprensa@camaramontemor.sp.gov.br>; <presidencia@camaranovaodessa.sp.gov.br>; <imprensa@camaranovaodessa.sp.gov.br>; <presidencia@camarapaulinia.sp.gov.br>; <imprensa@camarapaulinia.sp.gov.br>; <imprensa@camarapedreira.sp.gov.br>; <aniziotavares@camarasantabarbara.sp.gov.br>; <presidencia@camarasantabarbara.sp.gov.br>; <imprensa@camarasantabarbara.sp.gov.br>; <secretaria@camarasaposse.sp.gov.br>; <presidencia@camaravalinhos.sp.gov.br>; <presidente@camaravalinhos.sp.gov.br>; <cerimonial@camaravalinhos.sp.gov.br>; <imprensa@camaravalinhos.sp.gov.br>; <cidinho@camaravinhedo.sp.gov.br>; <imprensa@camaravinhedo.sp.gov.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 20 de maio de 2009 13:58
**Anexar:** Convite Parlamento - SBO.doc
**Assunto:** Convocação para Eleição do Parlamento Metropolitano da RMC

Segue anexo convite para Reunião do Parlamento.

Nova Odessa, 18 de maio de 2009.

**Prezado Senhor Presidente:**

Servimo-nos da presente para convidá-lo para a **sessão de eleição da nova diretoria do Parlamento Metropolitano da Região Metropolitana de Campinas**, que será realizada na **Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste** no **dia 29 de maio (sexta-feira), às 16 horas.**

Na ocasião, esperamos vossa presença para **eleger os seis membros** que deverão dirigir os trabalhos do Parlamento em 2009. São eles: **Presidente, 1º e 2º Vice-presidentes, 1º e 2º Secretários além de Tesoureiro.**

Assim, contamos com sua **honrosa presença** no evento, onde será iniciada uma nova etapa desta tão digna entidade.

**Antecipo agradecimentos.**

Atenciosamente,

**AUREO NASCIMENTO LEITE**
**Presidente do Parlamento**

*20/5/2009*

# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.camaracampinas.sp.gov.br

SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL CAMPINAS 3

## JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI

**Autoria: Vereador Petterson Prado**

**EMENTA: Dispõe sobre a isenção da taxa de inscrição em concursos públicos municipais, às pessoas que já tenham doado, em vida, órgãos ou tecidos.**

O presente Projeto de Lei concede isenção da taxa de inscrição em concursos públicos municipais às pessoas que tenham doado, em vida, órgãos ou tecidos.

Com tal providência, pretende incentivar a doação de Órgãos e Tecidos, providência que pode salvar vidas e que ainda é muito pouco realizada no Brasil.

Por outro lado, a isenção nas taxas de concurso público não traz nenhum ônus indesejado à Administração Pública, que estará fazendo a sua parte no aprimoramento das doações de Órgãos e Tecidos.

Por estas Justificativas, apresenta-se o presente Projeto de Lei Ordinária que desde já se requer tenha o trâmite regimental perante esta Câmara Municipal.

Sala das Sessões, 21 de Abril de 2009.

**Petterson Prado**
**Vereador-PPS**

SindMetal Jaguariúna e Região

# Portal dos Trabalhadores .com.br

## VENHA COMEMORAR CONOSCO E CONHEÇA

**EM PRIMEIRA MÃO O MAIS NOVO CANAL DE COMUNICAÇÃO DOS TRABALHADORES**

**NA COMEMORAÇÃO DE SEUS 21 ANOS, O SINDMETAL PRESENTEIA OS TRABALHADORES COM UMA FERRAMENTA DE UTILIDADE PÚBLICA, O PORTAL DOS TRABALHADORES**

**26 MAIO**
**19h30**
Local
**SindMetal**

Confirmar presença pelo fone (19) 3867-5162 com JULIANA

preser indispensável

Rua Alcides de Oliveira Germano, 378 - Jardim Mauá II – Jaguariúna/SP - CEP 13820-000

CTB

Favor confirmar
presença até
dia 25/05

# SindMetal Jaguariúna & Região

*Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Jaguariúna, Amparo, Pedreira, Serra Negra e Monte Alegre do Sul*

site: www.sindmetaljaguariuna.org.br
e-mail: stim-jaguariuna@uol.com.br

Subsede P eira
Rua Sgto. Alcides de Oliveira, 12 - Vila Monte Alegre - Pedreira/ SP
CEP 13920-000
FONE/FAX: (019) 3852-1882

Subsede / paro
Rua Prof. Horácio Quaglio, 36 - Jd. Adélia - Amparo/ SP
CEP 13901-171
FONE/FAX: (19) 3807-2177

Sede Jaguariúna
Rua Alcides de Oliveira Germano, 378 - Jd. Mauá II - Jaguariúna /SP
CEP 13820-000
FONE/FAX: (19) 3867-5162


OFÍCIO SINDMETAL Nº028

**Exmo. Senhor,**
**Asterio Pinto Filho**

O Sindicato dos Metalúrgicos de Jaguariúna e Região, fundado em 20 de maio de 1988 para defender com altivez os interesses dos trabalhadores, completa mais um ano de vida. Uma história de luta incessante, dedicação às causas prioritárias para o trabalhador, muitas conquistas e crescimento contínuo.

Esta história vitoriosa só foi construída graças à mobilização popular e ao empenho de pessoas que dedicam a vida a lutar pelas garantias da lei em prol da qualidade de vida do trabalhador.

É por isso que vale a pena comemorar mais um aniversário do SindMetal e celebrar esta trajetória que nos enche de orgulho. Sendo assim, gostaríamos de brindar este momento dividindo nossa satisfação junto a sua importante presença.

Na ocasião, faremos a apresentação e o lançamento do Portal dos Trabalhadores, que é uma ferramenta fundamental para informar e conscientizar o trabalhador sobre seus direitos, deveres e benefícios enquanto sindicalizado. Mais do que isso, o Portal já nasce como a maior central de informações trabalhistas de toda a região.

A cerimônia acontecerá no dia 26 de Maio, às 19h30, no Auditório do SindMetal, localizado na Rua Alcides de Oliveira Germano, 378 – Jardim Mauá II – Jaguariúna.

Certos de contarmos com sua presença, reiteramos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,
**Edison Cardoso de Sá**
Presidente do SindMetal Jaguariúna e Região

**Exmo. Senhor,**
Asterio Pinto Filho
Presidente da câmara de Holambra

PROTOCOLO
Nº de Ordem 3492009
Fls. Nº 035 Livro Nº 009
Data 21/05/09 Hora 09:19
Secretaria

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

O Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, convida para participar das Audiências Públicas sobre o EIA/RIMA do empreendimento **"Ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos"**, de responsabilidade da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
INFRAERO

27 de maio de 2009
7h00
Sala Acrísio de Camargo do
Centro Integrado de Apoio a Educação de Indaiatuba - CIAEI
Av. Engenheiro Fábio Roberto Barnabé, nº. 3665 - Jardim Regina
Indaiatuba – SP

Locais em que cópias do **EIA/RIMA** se encontram à disposição dos interessados, para consulta, no período de 30 de abril a 27 de maio de 2009 em:

**Campinas**

- **Balcão de Informações da Infraero**, Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Viracopos, Rodovia Santos Dumont, km 66, Campinas–SP, todos os dias da semana durante 24 horas;

E somente cópias do **RIMA** se encontram à disposição dos interessados para consulta, no período de 30 de abril a 27 de maio de 2009, nos seguintes locais:

- **Campinas**

  **Poupa Tempo Campinas Centro**, Av. Francisco Glicério, nº. 935, Centro, Campinas-SP, de segunda a sexta-feira das 8h30 às 17h30;

- **Valinhos**

  **Paço Municipal de Valinhos**, Rua Antonio Carlos, nº. 301, Centro, Valinhos-SP, de segunda a sexta-feira das 8h30 às 16h30;

- **Jaguariúna**

  **Paço Municipal de Jaguariúna**, Rua Alfredo Bueno, nº. 1.235, Centro, Jaguariúna-SP, de segunda a sexta-feira das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30;

- **Hortolândia**

  **Paço Municipal de Hortolândia**, Avenida da Emancipação, nº. 1.560, Jardim do Bosque, Hortolândia-SP, de segunda a sexta-feira das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30;

- **Paulínia**

  **Paço Municipal de Paulínia**, Av. Prefeito José Lozano Araújo, nº. 1.551, Parque Brasil, Paulínia-SP, de segunda a sexta-feira das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30;

- **Sumaré**

  **Espaço Municipal de Meio Ambiente de Sumaré**, Av. Eugênia Biancalana Duarte, nº. 200, Jardim Primavera, Sumaré-SP, de segunda a sexta-feira das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30;

- **Indaiatuba**

  **Paço Municipal de Indaiatuba,** Av. Engº Fábio Roberto Barnabé, nº. 2.800, Jardim Nova Esplanada II, Indaiatuba-SP, de segunda a sexta-feira das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30;

- **Vinhedo**

  **Paço Municipal de Vinhedo**, Rua Humberto Pescarini, nº. 330, Centro, Vinhedo-SP, de segunda a sexta-feira das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30.

**Informações:**
Consema
Fone: (0xx11) 3133-3622 / 3623
Fax: (0xx11) 3133-3621

**Apoio:**

CETESB

**Realização:**

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

GOVERNO DE SÃO PAULO

COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE
DRS VII - DR. LEÔNCIO DE SOUZA QUEIROZ - CAMPINAS
**LABORATÓRIO REGIONAL DE JUNDIAÍ**
**PROÁGUA**

**Programa Estadual de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano**

Certificamos que foi o seguinte o resultado da Análise de ORIENTAÇÃO  Nº A 1  LAUDO DRS VII 1509/09

**A - Informações Gerais**

| | |
|---|---|
| Amostra solicitada pela VISA: | HOLAMBRA |
| Recebido no laboratório em: | R. ANTONIO JORGE FRADE, 189 - CENTRO |
| Município: | HOLAMBRA |
| Recebido no laboratório em: | 30/3/2009 — Horário de chegada: 10:55 |

**B - Dados fornecidos pelo coletor** X X X X

Sistema: TRATAMENTO COOPERATIVA
Solução:
Data da coleta: 30/3/2009 Hora: 8:26 CÉLIA Indiv. [ ] Colet.

Manancial: Superficial [X] Subterrâneo [ ]
Tipo de água: Tratada [X] Não tratada [ ] Abastecimento Público [X]
Canalizada [X] Não canalizada [ ]
Fluoretada [ ]

Ponto de Coleta: CAVALETE
Teor de Cloro Residual: Livre 1,0 mg/L Total 2,0 mg/L Temp.da água 21,0 °C
Chuva nas 24 horas anteriores: [ ] Sim [X] Não pH 6,8

**C - Resultado do Ensaio Físico-Químico**

| Parâmetros | V.M.P. (*) | Resultados | METODOLOGIA |
|---|---|---|---|
| Cor Aparente | até 15 UH | 0,0 | Colorimetria |
| Turbidez | até 5 UT | 0,9 | Turbidímetro |
| pH | 6,0 a 9,5 | 7,3 | Eletrodo - Ion |

| Grupo Coliformes | METODOLOGIA |
|---|---|
| Totais | Colillert |
| E. coli | AUSENTE |
| Bacterias Heterotróficas 35ºC/48h | AUSENTE — Contagem Padrão em Placas UCF/ml |

**E - Conclusão**

ANÁLISE NÃO REALIZADA

**Água de acordo com a Portaria nº 518 de 25.03.2004 do M.S., quanto aos ensaios realizados.**

**F- Nota**

**Os dados analíticos acima obtidos aplicam-se a amostra entregue pelo interessado.**

( * ) Valor máximo permitido

Jundiaí, 3 de ABRIL de 2009

Márcia Regina C. Ribeiro
Biologista CRB 06051

Cristiane Di Loreto S. Campos
Biologista
R.G. 10.99[illegible]

COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE
DRS VII - DR. LEÔNCIO DE SOUZA QUEIROZ - CAMPINAS
**LABORATÓRIO REGIONAL DE JUNDIAÍ**
**PROÁGUA**

**Programa Estadual de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano**

Certificamos que foi o seguinte o resultado da Análise de ORIENTAÇÃO  Nº A 1  LAUDO DRSVII 1509/09

**A - Informações Gerais**

Amostra solicitada pela VISA: HOLAMBRA
Recebido no laboratório em: R. ANTONIO JORGE FRADE, 189 - CENTRO
Município: HOLAMBRA
Recebido no laboratório em: 30/3/2009  Horário de chegada : 10:55

**B - Dados fornecidos pelo coletor**

Sistema: TRATAMENTO COOPERATIVA
Solução:
Data da coleta: 30/3/2009  Hora: 8:26  Indiv.  Colet.
Manancial: Superficial X  Subterrâneo  CÉLIA
Tipo de água: Tratada X  Não tratada  X  Abastecimento Público
Canalizada X  Não canalizada
Fluoretada
Ponto de Coleta: CAVALETE
Teor de Cloro Residual: Livre 1,0 mg/L  Total 2,0 mg/L  Temp.da água 21,0 °C
Chuva nas 24 horas anteriores:  Sim  X Não  pH 6,8

**C - Resultado do Ensaio Físico-Químico**

| Parâmetros | V.M.P. ( * ) | Resultados | METODOLOGIA |
|---|---|---|---|
| Cor Aparente | até 15 UH | 0,0 | Colorimetria |
| Turbidez | até 5 UT | 0,9 | Turbidímetro |
| pH | 6,0 a 9,5 | 7,3 | Eletrodo - Ion |

| Grupo Coliformes | METODOLOGIA |
|---|---|
| Totais | Colilert |
| E. coli | AUSENTE |
| Bacterias Heterotróficas | AUSENTE |
| 35ºC/48h | Contagem Padrão em Placas UCF/ml |

**E - Conclusão**

ANÁLISE NÃO REALIZADA

**Água de acordo com a Portaria nº 518 de 25.03.2004 do M.S., quanto aos ensaios realizados.**

**F- Nota**

**Os dados analíticos acima obtidos aplicam-se a amostra entregue pelo interessado.**

( * ) Valor máximo permitido

Jundiaí, 31 de ABRIL de 2009

Márcia Regina C. Ribeiro
Biologista CRB 06051

Cristiane Di Loreto S. Campos
Biologista R.G. 10.99[illegible]

Sitta

(1)

HOLAMBRA, 13 DE Março de 2009

Senhor Presidente, nobres colegas, senhoras e senhores munícipes aqui presentes e também, os ausentes.

Faço uso desta tribuna por que sinto-me sufocado! **MUITO SUFOCADO!!!!** Até mesmo **engasgado**!... como vereador e como munícipe.

Acho até que não precisaria lhes esplicar **O PORQUE** que estou sufocado, porque estou engasgado!

Nem mesmo precisaria fazer-lhes um resumo para me apresentar... Todos aqui me conhecem, **Ou** de ouvir falar, **OU** de me acompanhar em parte de minha tragetória.

Mas dados os últimos acontecimentos, **TRISTES ACONTECIMENTOS**, resumirei 8 anos em poucas palavras...

Em 2001 aceitei o desafio de meu sogro, o velho calça curta, para, junto com minha esposa, na época coordenadora municipal de turismo e cultura, montar a Fanfarra Municipal.

Iniciamos do zero, (**Meu amigo e hoje Vereador Donizete lembra muito bem, pois me ajudou nos primeiros dias**), com crianças e adolescentes na faixa etária entre 08 a 15 anos. E modestamente começamos a participar de eventos e concursos. Mas logo nos fizemos conhecer a nível Estadual. **ISSO** devo grifar, **NAO FOI** porque eramos **BONS** profissionalmente, mas sim, para minha surpresa e de minha esposa... algo muito **MAIS** do que uma simples fanfarra!!!!

Estavamos **SIM** fazendo sucesso porque **TRANSPARECÍAMOS** para o publico, sempre como uma grande, harmoniosa, e unida família. Unindo nós (Eu e Catharine), as crianças e as familias delas!

Também, não demorou, fomos obrigados além da fanfarra, abrir uma escolinha preparatoria para fanfarra, para atender outras crianças que queriam ingressar nesta nossa **GRANDE** família.

Com o nosso sucesso por todo o Estado, o então Prefeito Celso Capato, em reconhecimento, deu nome à fanfarra, homenagendo quem nos insentivou: Fanfarra Municipal Wilhelmus Welle, meu sogro.

... E muitos trofeus fomos conquistando!!!!

... Eu na regencia, minha esposa na organização e as crianças na harmonia das apresentações.

Em final de fevereiro do ano passado, minha esposa teve que tomar uma grande decisao: **SAIR** candidata atendendo a pedidos de eleitores e portanto, se desligar do departamento de cultura, interrompendo seus projetos, o que incluia parar com a fanfarra por razões das leis eleitorais...

**NAO**! Ela não quis abandonar nenhum de seus projetos!

Foi ai que nasceu a idéia de eu sair candidato, idéia esta que confesso **JAMAIS** ter antes passado na minha cabeça.

Saimos juntos em campanha nas ruas... eu, Catharine e várias famílias de integrantes da fanfarra.

E fizemos uma promessa...

Catharine e eu, uma unica pessoa, 2 em 1, **ELA** na prefeitura, sempre atualizada com os anseios de nosso município e EU na casa de leis, procurando sempre fortalecer **TUDO** para o **BEM** de nossa cidade.

**NO QUE** nos respaldamos ao fazer esta promessa?

Nos basiamos em dialogos com candidatos ao executivo (Dr. Fernando, Miguel, Margarete, Marconato...) **TODOS** disseram que não mecheriam na cultura, ou melhor... nem na cultura e nem em nada que estivesse funcionando bem dentro da prefeitura e fosse **BOM** para o município. Apenas melhorariam e fariam crescer sempre mais.

**FUI** eleito!

Nao nego que não foi uma campanha gostosa, limpa.... **MAS**, eu, Catharine e minha fiel família fanfarreira nos mantivemos **NEUTROS** e dignos!!! Prova disso veio nas urnas!!!!

Nos meses seguintes a eleição , minha esposa, no departamento de cultura, continuou lançando novos projetos e principalmente projetando a fanfarra para os anos futuros e cuidando de sua agenda 2009.

A Prefeita eleita embora ainda não no poder, dava claramente a entender que tudo seria executado e que Catharine continuaria trabalhando.

**MAS**....

Dia 1° de janeiro, a Prefeita assumiu!

Os vereadores tomaram posse e elegeram a mesa diretora. E uma diretora nos foi apresentado para a cultura.

Meados de janeiro minha esposa foi **SIM** chamada pela prefeita para uma reunião, pedindo que tivesse calma e paciencia pois seria chamada sim a trabalhar, mas primeiramente Margarete tinha outras prioridades para resolver. No entanto Margarete já deixou claro que havia **NEPOTISMO.**

Eu pergunto: é nepotismo quando uma pessoa está no cargo municipal à 8 anos e seu marido se elege ao legislativo????

Bem... ficamos no aguardo.... Mesmo porque a fanfarra estava em período de férias.

Mas tinhamos a escola de samba, para o qual ensaiamos durante o ano todo de 2008, para entrar na rua no carnaval!?!?

Fui pessoalmente até a prefeita e solicitei o **EMPRÉSTIMO** dos instrumentos, e eu obtive um **NÃO!!!!**

Outras pessoas foram tentar com ela, intervindo para a saída da escola de samba, mas.... Em vão.... Obtiveram a mesma resposta que eu! E nosso carnaval ficou **SEM** a escola de samba!!!

Nesse meio tempo, a diretora de cultura pediu desligamento e um outro nome foi indicado à diretoria de cultura.

Após o carnaval, mais uma vez procurei a Prefeita para saber o destino da fanfarra, pois o calendário de apresentações começaria em abril, ainda em tempo hábil para ensaios. E a prefeita não me negou o comando da fanfarra e também convidou a Catharine para ser **"VOLUNTÁRIA"!**

Catharine até aceitou... **MAS** quando soube que nao teria autonomia **NENHUMA**, nem mesma a mais simples como por exemplo... ir ao jornal para fazer anuncio de convocação dos integrantes da fanfarra para reinicio de ensaios. ..

**SEM** autonomia, Catharine se deu ao direito de recuar... Afinal... foram 8 anos no comando e organização **TOTAL** da fanfarra, sempre sozinha....

Sem autonomia(?) para que entao precisavam dela???

Existem outros detalhes que nao convém falar agora, mesmo porque o cronometro apenas me dá direito a 15 minutos....

Resumindo.... Só quem conhece os bastidores da fanfarra, **da nossa fanfarra**, instrumentos.... viagens.... Sabe que **EU** nao posso ir **SEM** minha esposa! **(e sem os pais também) –** nosso amigo TATÚ já presenciou isso.

Voltei então a me reunir com a prefeita e levei a resposta negativa de Catharine.

Muito polida e demonstrando interesse em manter a fanfarra em atividade, a Prefeita disse que preferia falar pessoalmente com Catharine.

E no sábado retrazado chamou minha esposa no gabinete.

Catharine expos que aceitaria **SIM** ser volontária na fanfarra... desde que com autonomia, e conciente que dentro dos processos administrativos, sugerindo então para a prefeita transferir a fanfarra para o departamento municipal de turismo, uma vez que... a fanfarra acabou sendo um dos principais veículo de divulgaçao de nossa estância turistica. A prefeita pareceu concordar mas tinha que ver o respaldo juridico.

Catharine entao solicitou à Margarete, uma resposta num prazo de uma semana por dois motivos.... 1° por que as criança estavam angustiadas sem resposta e 2° que.... **TODOS** os integrantes da fanfarra iriam se reunir para um almoço em nossa casa, neste último sábado, dia 11, e assim poderiamos dar a elas uma posição.

**POR QUE** estou **ENGASGADO????**

Por que a Prefeita **não** nos deu uma resposta, mas **QUEM** nos respondeu, ou melhor.... **O QUE** nos respondeu foi uma matéria no jornal da cidade onde diz: **INSCRIÇÕES** abertas para a Fanfarra Municipal Wilhelmus Welle!

A palavra certa para o artigo seria **"CONVOCAÇÃO"** para os **INTEGRANTES** e **NÃO** inscrição! A Fanfarra já existe!!!! Inscrições são para novatos, no caso para escolinha preparatória. Mas isso também já existe!!!! Temos muitas crianças da escolinha guardando sobrar um instrumento, uniforme, etc para ingressar na fanfarra.

**MAS** o que **MAIS** me engasgou: **O ANUNCIO!!!!!**

Não foi justamente um anuncio que Catharine usou de exemplo para a autonomia de seu trabalho voluntário????

Catharine e eu entendemos o recado!

E ai... onde fica meu compromisso com a minha **GRANDE FAMÍLIA???**

Tanto eu e **PRINCIPALMENTE** a Catharine sentiremos muito, mas muito mesmo, por nao mais... de hoje em diante, levar o honroso nome Wilhelmus Welle... mas minha RESPOSTA a todos que me acompanharam nestes 8 belos anos é.....

**NAO TENHO MEDO DE DESAFIOS!!!!**

**NÓS**, Catharine e eu **NÃO** temos medo de desafios!

Saúde é importante!

Educação acredito estar em 2° lugar....

Segurança.... É direito de todos e dever do governo!

Mas tudo isso começa quando???

Na criação, na educaçao e desenvolvimento das crianças!!!!!

**"SE"...** pela prefeitura não pudermos ser voluntários para trabalhar com crianças e adolescentes em idade critica que precisa de rumos... insentivos... disciplina... ombro amigo... neste difícil período que tanto se fala de violencia, drogas....

**"SE"** não pudermos continuar pela prefeitura, talvez até por motivos politicos, sei lá... então vamos procurar outros **"AMIGOS"....** Empresários, iniciativa privada ou até diretamente no Estado ou governo federal...

Vamos formar outra fanfarra...

FANFARRRA AMIGOS DE HOLAMBRA!!!!

Reflitam esta fraze:

**As coisas nao acontecem porque as pessoas sao as melhores...**

**Mas SIM... acontecem quando as pessoas DÃO O MELHOR DE SÍ!!!!!**

Eu e Catharine iremos dar o nosso melhor!

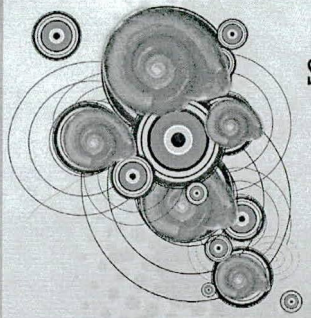
NÓS vamos lutar!!!!

Nós vamos **CONTINUAR**

E convidamos a todos que apreciavam a fanfarra a se unir a nós!!!

# I SEMANA DA ESQUISTOSSOMOSE

## 25 a 30 de maio de 2009



Se você quer entender o que é esquistossomose,
como se pega, quais são os sintomas,
como se trata e o que você pode
fazer para evitá-la na sua família,
na sua escola, no seu local de trabalho,
na sua empresa e no seu município.

## VENHA PARTICIPAR

**Programação**

**25/5, às 19:00h:** Sessão de Abertura na Câmara de Vereadores de Holambra.
**De 25/5 a 29/5:** capacitação de voluntários(*) para o apoio à vigilância da esquistossomose em Holambra.
coleta de material para diagnóstico da esquistossomose, aberto à população.
**30/5:** eventos abertos à população no Clube da 3ª Idade e nos
bairros Fundão e Palmeiras (com vídeos, jogos, palestras, cartazes etc.).

**PROMOÇÃO:**
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
CUIDANDO DA NOSSA TERRA
2009-2012

**APOIO:**
Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Adolfo Lutz

**(*)Se você quer participar do curso para voluntários,** inscreva-se até o dia 22/5 no setor de Vigilância Epidemiológica do Depto. de Saúde,ou pelo email vigilanciasaude@holambra.sp.gov.br

**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**
**"DEPARTAMENTO DE SAÚDE"**
**Vigilância em Saúde**
Alameda Maurício de Nassau- 337 - Holambra-SP - Cep: 13.825-000 - Fone: (19) 3802-1555

C. CONVITE – DMS/VIG. EPID. HOLAMBRA, 15 DE MAIO DE 2009.

ILMO.(A). SR.(A)

A ESQUISTOSSOMOSE É UMA DAS PARASITOSES HUMANAS MAIS DIFUNDIDAS NO MUNDO E SUA OCORRÊNCIA ESTÁ RELACIONADA A AUSÊNCIA OU PRECARIEDADE DE SANEAMENTO BÁSICO. A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (O.M.S.) ESTIMA QUE A DOENÇA ACOMETA 200 MILHÕES DE PESSOAS EM 74 PAISES.

SEGUNDO DADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NO BRASIL, CERCA DE SEIS MILHÕES DE INDIVÍDUOS PODEM ESTAR INFECTADOS E 25 MILHÕES EXPOSTOS AOS RISCOS DE CONTRAIR A DOENÇA.

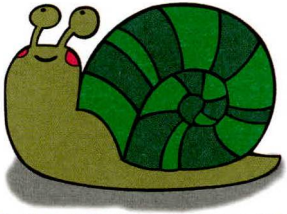
A PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE REALIZARÁ DE 25 À 30 DE MAIO A SEMANA DA ESQUISTOSSOMOSE E TEMOS A SATISFAÇÃO DE CONVIDÁ-LO(A) PARA A ABERTURA DO EVENTO NA SEGUNDA-FEIRA 25/5/2009, ÀS 19:00H, NA CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA. NA OCASIÃO SERÁ PROFERIDA A PALESTRA "*A ESQUISTOSSOMOSE EM HOLAMBRA ENTRE 1993 Á 2008*" PELA DRA. MARISA DA SILVEIRA SOARES, PESQUISADORA DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ.

A SEMANA DA ESQUISTOSSOMOSE É UMA INICIATIVA DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO, PARA ELIMINAR A TRANSMISSÃO DA ESQUISTOSSOMOSE NO ESTADO. A PARTICIPAÇÃO EXPRESSIVA DA SOCIEDADE HOLAMBRENSE NESTE EVENTO SERÁ DECISIVA PARA QUE O MUNICÍPIO CONSIGA RESPONDER, ADEQUADAMENTE, A ESTA INICIATIVA.

CERTOS DE QUE PODEMOS CONTAR COM A SUA PRESENÇA, APROVEITAMOS A OPORTUNIDADE PARA APRESENTARMOS NOSSAS CORDIAIS SAUDAÇÕES.

ATENCIOSAMENTE

NADIA ADRIANA JACOMASSI
DIRETORA DE SAÚDE



# Esquistossomose

Você já freqüentou ou freqüenta regiões que têm pessoas com esquistossomose, barriga d´água, doença do caramujo ou xistosa?

Já entrou em lagos, lagoas, represas, açudes ou rios, *com caramujos*, para nadar, pescar ou trabalhar?

Caso sim, procure o *Posto de Saúde* mais próximo de sua residência para agendar consulta médica, fazer *Exame de Fezes* para diagnóstico de Esquistossomose e tratamento, se necessário.

imprensaoficial

CVE CENTRO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA "Prof. Alexandre Vranjac"
CCD Coordenadoria de Controle de Doenças
SECRETARIA DA SAÚDE
GOVERNO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
CNPJ 67.172.437/0001-83
Prefeitura Munic. Est. Tur. de Holambra

**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra**

*(Cidade das Flores)*

Al. Maurício de Nassau, 444 - Cep 13825-000 - Holambra - SP - Tel./Fax (19) 3802-8000

Ilmo Sr.

Astério Pinto Filho

Presidente da Câmara

Holambra - SP.

POLICLÍNICA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
CNPJ 67.172.437/0001-83
Prefeitura Munic. Est. Tur. de Holambra

**REUERIMENTO No.** 122/09

199383

AO PLENÁRIO PARA DELIBERAR
Sala das sessões, 28 ABR 2009
APROVADO
Presidente
29 ABR. 2009

**EXMO. SR. PRESIDENTE:**

Nos termos regimentais, ouvido o plenário requeremos que o Sr. Prefeito Municipal, informe a esta Casa de Leis no prazo legal, o seguinte:

1 – Existe alguma protocolo, em tramitação na Prefeitura de Campinas, solicitando autorização para a instalação de uma antena de telefonia celular, na Fazenda Haras Passaredo, ao lado (cerca de trinta metros) do Condominio Housing II, localizado na Avenida Alaor Faria de Barros 1371, atrás do Alphaville Campinas?

2 – Em caso afirmativo a questão acima suscitada, foi expedida alguma licença para instalação e funcionamento da antena referida?

3 – Tendo em vista que as obras de instalação da antena foram realizadas, indagamos: a Prefeitura efetuou alguma fiscalização no local para verificar a regularidade da construção?

4 – Caso haja algum protocolado em tramitação na Municipalidade, relativo ao assunto mencionado no item 1 acima, encaminhar cópia de inteiro teor processo, bem como do termo de concordância dos vizinhos, conforme estabelece a atual legislação em vigor.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2009.

ARTUR ORSI
Vereador - PSDB

# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.camaracampinas.sp.gov.br

SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL 21 CAMPINAS

189194

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 230/09**

**Autoria: Vereador Petterson Prado**

**EMENTA: Dispõe sobre o atendimento preferencial, em estabelecimentos comerciais, bancários, de serviços e similares, de pessoas que já tenham doado, em vida, órgãos ou tecidos.**

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito Municipal de Campinas, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - As pessoas que já tenham doado, em vida, órgãos ou tecidos, terão atendimento preferencial e prioritário em todos os estabelecimentos comerciais, bancários, de serviços e similares no Município de Campinas.

Parágrafo Único - A preferência e prioridade de que trata o "caput" do presente artigo garante que as pessoas que já tenham doado, em vida, órgãos ou tecidos não se sujeitem às filas comuns, devendo ser atendidas nas filas de atendimento preferencial, incluindo-se para os serviços bancários mesmo que o doador não seja cliente da agência bancária.

Art. 2º - Todos os estabelecimentos discriminados no artigo primeiro deverão, obrigatoriamente, afixar em local visível a garantia de preferência e prioridade de atendimento às pessoas que já tenham doado, em vida, órgãos ou tecidos.

Art. 3º - O não cumprimento ao estabelecido na presente lei sujeitará os infratores a multa de 100 (cem) UFIC (Unidade Fiscal de Campinas), devidos em dobro na reincidência, que deverá ser inscrita em Dívida Ativa e cobrada coercitivamente, no caso de não pagamento.

§ 1º - Ao estabelecimento autuado serão garantidos a ampla defesa e o contraditório, nos termos do Regulamento.

# ENCONTRO REGIONAL DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS

## FICHA DE INSCRIÇÃO

Preencher de forma legível

**Atenção!** As inscrições também poderão ser efetuadas via E-Mail: **eventos@ibelnet.com.br**

NOME

EMPRESA/ INSTITUIÇÃO

CARGO/ FUNÇÃO

CPF/ CNPJ

ENDEREÇO

BAIRRO

CIDADE UF CEP

FONE/ FAX

E-MAIL

### INVESTIMENTO

**Até o dia 22/05/2009 – R$ 410,00**

**A partir do dia 23/05/2009 – R$ 490,00**

**A cada 5 (cinco) inscrições pagas, a sexta é gratuita**

O investimento inclui: Coffee-break, pasta com material de apoio e certificado. O certificado será conferido, desde que cumprida a carga horária de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de freqüência.

### OBSERVAÇÃO

Envie a cópia do comprovante do depósito bancário juntamente com a ficha de inscrição devidamente preenchida para o TEL/FAX: (11) **4522-3601**, onde poderão ser obtidas maiores informações sobre o evento.

### ATENÇÃO

As inscrições somente serão efetivadas após a comprovação do respectivo depósito bancário, reservado ao Instituto o direito de cancelar o evento 48h (quarenta e oito horas) antes de sua realização, em caso de número ínfimo de inscrições. Consulte-nos antecipadamente.

### FORMA DE PAGAMENTO

**Depósito Bancário:** Caixa Econômica Federal – Agência 0316 - Conta Corrente nº 27274-7.

### LOCAL DO EVENTO

**FAJ - Faculdade de Jaguariúna - Campus 1**
Endereço: Rua Amazonas nº 504
Bairro Jd. Dom Bosco – Jaguariúna, SP.

REALIZAÇÃO: ibel

PATROCÍNIO: Sicredi Gente que coopera cresce. Unimed

APOIO CULTURAL: FAJ Faculdade Jaguariúna

rodmalagoli.com.br

ibel
INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS

PATROCÍNIO: Sicredi Gente que coopera cresce. Unimed



# ENCONTRO REGIONAL DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS

*Realização e Coordenação*
**IBEL**
**Instituto Brasileiro de Estudos Legislativos**
***Coordenador Pedagógico:***
***Prof. Dr. João Jampaulo Júnior***

Local
Jaguariúna - SP

Data
26 e 27 de maio de 2009

O IBEL tem por objetivo proporcionar aos participantes uma visão integrada das Leis Orçamentárias (PPA e LDO), seu Processo Legislativo e a obediência aos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial nesta época em que se desenvolve o primeiro período da sessão legislativa (2 de fevereiro a 17 de julho), a partir do conhecimento das etapas de planejamento e elaboração das leis orçamentárias, com vistas à identificação dos fundamentos básicos que norteiam os instrumentos de planejamento na administração pública brasileira. A metodologia compreende exposições, debates, considerando inclusive, questões práticas e aspectos polêmicos.

# ENCONTRO REGIONAL DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS

REALIZAÇÃO: ibel

APOIO CULTURAL: FACULDADE JAGUARIÚNA

PATROCÍNIO: Unimed | SICREDI Gente que coopera cresce.

## PÚBLICO ALVO

Por se tratar de evento de máxima utilidade, nesta fase que deverão ser elaboradas, discutidas e votadas as leis orçamentárias (PPA e LDO), busca-se o público alvo específico: Agentes Políticos – Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Presidentes de Câmaras, membros da Comissão Permanente de Justiça e Finanças, Secretários e Diretores Municipais, Presidentes e Diretores de Autarquias e Fundações; Agentes Públicos – Diretores, Consultores, Assessores e Procuradores Jurídicos e Contábeis e Financeiros, Assessores Legislativos, Assessores Políticos e servidores em geral com militância na área orçamentária, financeira, patrimonial, contábil, controle interno e externo, planejamento e setores afins em todos os níveis da Federação. Economistas, Administradores, Contadores, Advogados, e Estudantes dessas áreas e todos aqueles que de forma direta ou indireta, atuam no âmbito da Administração Pública.

26/05/2009

## Primeiro Dia

08h30 – Entrega de material
09h00 – Do Plano Plurianual (PPA) e sua elaboração
11h00 – Coffee-Break
11h30 – Debates

Palestrante
Prof. Valmir Leôncio da Silva

12h30 – Intervalo para Almoço

14h30 – Da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e sua elaboração
16h30 – Coffee-Break
17h00 – Debates

Palestrante
Prof. Valmir Leôncio da Silva

27/05/2009

## Segundo Dia

09h00 – Inovações da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Crimes Fiscais
11h00 – Coffee-Break
11h30 – Debates

Palestrante
Prof. Moacir Marques da Silva

12h30 – Intervalo para Almoço

14h30 – Do Processo Legislativo das Leis Orçamentárias – Audiência Públicas – Prazos de entrega e devolução
16h30 – Coffee-Break
17h00 - Debates

Palestrante
Prof. Dr. João Jampaulo Júnior




## Palestrantes

### Prof. Valmir Leôncio da Silva

Mestre em Liderança pela UNISA. Contador com curso de pós-graduação em Contabilidade Pública pela UNIFECAP. Professor da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Professor do curso de Contabilidade da Faculdade Drummond. Coordenador Técnico da Escola de Contas e Agente de Fiscalização concursado do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Autor de livros e artigos sobre Finanças Públicas e Controladoria.

### Prof. Moacir Marques da Silva

Mestre em Liderança pela UNISA. Contador e Administrador com curso de pós-graduação em Controladoria pela UNIFECAP. Pós-graduado em Controladoria de Gestão Pública pela FIPECAF. Diretor da Escola de Contas e Agente de Fiscalização concursado do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Autor de livros e artigos sobre Finanças Públicas e Controladoria.

### Prof. Dr. João Jampaulo Júnior

Mestre e Doutor em Direito do Estado pela PUC/SP. Professor de Graduação e Pós-Graduação em Direito do Estado. Autor de várias obras e artigos em revistas especializadas. Advogado militante em São Paulo. Consultor Jurídico de vários órgãos públicos. Conferencista e membro efetivo da Academia Jundiaiense de Letras.

ibel
INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS

Consulte nossa página: **www.ibelnet.com.br**
Tel/ Fax: (11) **4522-3601**

**Camara Holambra**

**De:** "Holamtour - Maíra" <maira@holamtour.com.br>
**Para:** "Camara Holambra" <camaraholambra@camaraholambra.com.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 20 de maio de 2009 14:04
**Assunto:** Re: OPCIONAIS DE VOOS P/ BRASILIA

Boa Tarde, segue abaixo opcionais solicitados

**ROTA -> CAMPINAS/BRASILIA**

GOL 1898 **26/05** CAMPINAS/BRASILIA 10:50 12:30
TARIFA + TAXA: R$ 432,32 POR PESSOA

GOL 1598 **26/05** CAMPINAS/BRASILIA 19:30 21:00
TARIFA + TAXA: R$ 432,32 POR PESSOA

GOL 1758 **26/05** CAMPINAS/BRASILIA 13:00 16:20
CONEXÃO EM BELO HORIZONTE
TARIFA + TAXA: R$ 432,32 POR PESSOA

TAM 3874 **26/05** CAMPINAS/BRASILIA 19:05 20:40
TARIFA + TAXA: R$ 503,29 POR PESSOA

**ROTA -> BRASILIA/CAMPINAS**

GOL 1599 **29/05** BRASILIA/CAMPINAS 10:50 12:30
TARIFA + TAXA: R$ 436,52 POR PESSOA

GOL 1622 **29/05** BRASILIA/CAMPINAS 06:50 10:20
CONEXÃO EM BELO HORIZONTE
TARIFA + TAXA: R$ 436,52 POR PESSOA

TAM 3875 **29/05** BRASILIA/CAMPINAS 10:00 11:30
TARIFA + TAXA: R$ 492,07 POR PESSOA

*** TARIFAS SUJEITAS A ALTERAÇÕES E DISPONIBILIDADE SEM PRÉVIO AVISO.**
*** NADA RESERVADO, APENAS COTIZADO.**
*** SOMENTE O BILHETE EMITIDO PODE GARANTIR A TARIFA.**

Caso haja alguma dúvida, coloco-me à disposição para esclarecê-la!

Atenciosamente,

Maíra - Holam Tour
Tel: 19 3802 1926
Fax: 19 3802 1584
E-mail: maira@holamtour.com.br
MSN: holamtour-maira@hotmail.com

Roteiro Rocial

2161,60

2182,60

2182,60

Total: 4345,20

# PARECER

**Nº: 0498/09**

- PG – Processo Legislativo. Projeto de Lei. Iniciativa do Prefeito. Organização administrativa do Poder Executivo. Competência Municipal. Fixação de remuneração de agentes públicos. Limites do poder regulamentar. Denominação de órgãos públicos. Comentários.

## CONSULTA:

O Presidente da Câmara Municipal solicita deste Instituto análise e pronunciamento a respeito do Projeto de Lei n.º 04/2009, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo. Indaga, especificamente:

A) É viável a fixação de vencimentos proposta no Projeto de Lei, tendo em vista o disposto no art. 86, § 2º da Lei Orgânica do Município?

B) É viável a regulamentação de matérias mediante decreto do Executivo, conforme previsto no projeto?

C) É viável a transformação dos Departamentos Municipais em Secretarias? Qual é o critério para tal alteração?

D) É possível a alteração do quantitativo de cargos de provimento em comissão e de seus respectivos vencimentos?

A consulta vem documentada.

## RESPOSTA:

A autonomia administrativa é uma das dimensões da autonomia conferida aos Municípios, em sentido amplo, pela Constituição (art. 18, *caput* c/c art. 29 e 30, da CRFB). Dela decorre o *poder-dever* do Município de gerir os negócios locais sem intervenção da União ou do Estado a que pertença. O projeto de lei em análise, que pretende dispor sobre a organização administrativa do Poder Executivo, encontra-se, nesse sentido, em consonância com o texto constitucional, inserindo-se na competência legislativa municipal para dispor sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, da CRFB).

Uma vez que trata de proposição que impõe atribuições, modos de agir e parâmetros de atuação a órgãos integrantes da estrutura do Poder

Executivo, a iniciativa é privativa do Prefeito, por força do art. 61, § 1º, II, "*e*", da Constituição, aplicável ao processo legislativo em âmbito municipal por força do princípio da simetria (art. 29, *caput*, da CRFB), conforme pacífica jurisprudência do STF. Nesse aspecto, portanto, também encontra-se o projeto de lei em conformidade com o disposto no ordenamento constitucional.

Em razão do volume da proposição analisada e por desconhecermos a realidade local, pelo que impossibilitada a análise artigo por artigo em parecer jurídico, passamos a responder objetivamente às questões específicas suscitadas em relação ao Projeto.

**A) É viável a fixação de vencimentos proposta no Projeto de Lei, tendo em vista o disposto no art. 86, § 2º da Lei Orgânica do Município?**

A respeito da fixação dos vencimentos de servidores públicos, dispõe o art. 37, X, da CRFB, que "*a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica,* ***observada a iniciativa em cada caso***" (grifo nosso). Em matéria de remuneração, portanto, seja qual for a natureza do vínculo do agente público, a regra é a fixação mediante lei.

Quanto à iniciativa dos projetos de lei, trata-se de norma de processo legislativo, o qual, como é cediço, tem as normas gerais delineadas pela Constituição, de observância obrigatória pelos demais entes da federação, consoante pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Portanto, andou bem o legislador municipal ao prever, no art. 86, § 2º, a iniciativa da Câmara para iniciar projeto de lei de fixação dos subsídios do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito e dos Secretários (art. 29, V, da CRFB), da remuneração dos servidores integrantes dos quadros do Poder Legislativo (art. 51, IV e 52, XIII c/c art. 29, *caput*, da CRFB). Os subsídios dos vereadores, porém,voltaram a ser fixados por resolução, visto que, ao contrário do previsto no inciso V, o inciso VI do art. 29 da CRFB não se refere à lei.

Por outro lado, a remuneração dos servidores públicos do Município que não sejam lotados na Câmara Municipal é fixada por lei de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo (art. 61, § 1º, II, *a*, da CRFB), sejam eles efetivos ou comissionados.

O Projeto de Lei n.º 04/2009 fixa a remuneração de diversos cargos em comissão da estrutura do Poder Executivo, conforme se observa em seus anexos II e III, no que atende à exigência constitucional de fixação de remuneração por meio de lei e da iniciativa privativa do Prefeito. Por outro lado, em seu art. 41. § 1º, dispõe o Projeto de Lei que os subsídios dos Secretários Municipais são fixados por lei de iniciativa do Poder Legislativo, no que obedece, também, à sistemática constitucional, conforme já afirmado.

Ocorre que disposições de ordem financeira e orçamentária devem, obrigatoriamente, ser observadas na apresentação de proposições sobre a

matéria, tais como a exigência constitucional de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias - LDO, bem como prévia dotação orçamentária suficiente para atender aos gastos decorrentes da majoração de vencimentos, porque assim determina o art. 169, §1º, I e II, da Constituição.

Devem ser atendidos, também, os comandos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (LC n.º 101/2001), em particular seu art. 21, inciso I, segundo o qual é nulo de pleno direito o ato que aumente despesa de pessoal que não esteja acompanhado de: a) estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes; b) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual e compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas. Além disso, deve haver: c) demonstração de que a despesa total com a remuneração de pessoal estará contida nos limites do art. 20 da LRF; d) ficar demonstrado que não haverá acréscimo da despesa com pessoal superior a 10% da despesa verificada no exercício anterior; e) demonstrar que a despesa total com remuneração de pessoal está contida no limite prudencial do art. 22 (95% de 6% ou 54%) da receita corrente líquida do Município.

Assim, sendo a lei em análise o ato criador da despesa, deveria atender aos requisitos impostos pela LC n.º 101/2001, especificando a dotação à conta da qual correria a despesa prevista, não bastando a genérica previsão contida no art. 44 da proposição, segundo o qual "*as despesas com a instalação e funcionamento destra estrutura organizacional correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, a serem fixadas em lei específica*".

Concluímos, portanto, embora possa a proposição criar cargos e alterar a sua remuneração, não poderão prosperar os dispositivos que assim o fizeram, em razão de restar desatendido o art. 169§1º da CRFB e de não ter vindo o Projeto de Lei n.º 04/2009 acompanhado dos demonstrativos exigidos pela LC n.º 101/2001.

**B) É viável a regulamentação de matérias mediante decreto do Executivo, conforme previsto no projeto?**

É da competência privativa do chefe do Poder Executivo a edição de decretos regulamentares para a fiel execução da lei (art. 84, II, da CRFB c/c art. 29, *caput*, da CRFB). Conforme consolidada tradição brasileira, tais atos não poderiam inovar na ordem jurídica, devendo ater-se aos termos da lei sobre a qual se fundassem, somente a pormenorizando de modo permitir a efetividade dos dispositivos legais. Nesse sentido, aponta a lição do ex-Ministro do STF Carlos Velloso:

> "Os regulamentos, na precisa definição de Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, 'são regras jurídicas gerais, abstratas, impessoais, em desenvolvimento da lei, referentes à organização da ação do Estado,

> enquanto poder público'. Editados pelo Poder Executivo, visam tornar efetivo o cumprimento da lei, propiciando facilidades para que a lei seja fielmente executada. É que as leis sevem, segundo a melhor técnica, ser redigidas em termos gerais, não só para abranger a totalidade das relações que nelas incidem, senão também, para serem aplicadas, com flexibilidade correspondente, às mutações de fato das quais estas mesmas relações resultam. Por isso, as leis não devem descer a detalhes, mas, conforme acima ficou expresso, conter, apenas, regras gerais. Os regulamentos, estes sim, é que são detalhistas. Bem por isso, leciona Esmein, 'são eles prescrições práticas que têm por fim preparar a execução das leis, completando-as, em seus detalhes, sem lhes alterar, todavia, nem o texto, nem o espírito'".[1]

Ocorre que, após a EC n.º 32/2001, foi aberta exceção para a edição de decretos autônomos., desde que editados nos estritos termos da nova redação do art. 84, VI, da CRFB, *in verbis*:

> "Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:
>
> (...)
>
> VI - dispor, mediante decreto, sobre:
>
> a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;
>
> b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;"

O dispositivo legal, aplicável por simetria ao Município, dispõe sobre as únicas hipóteses em que é viável o decreto editado pelo Executivo ser ato normativo primário. Nos demais casos, somente prestar-se-á a regulamentar lei, não podendo criar obrigações e, tampouco, restringir direitos.

O art. 30, §§ 1º, 2º e 3º do Projeto de Lei em análise dispõe, *in verbis*:

> "Art. 30. A estrutura complementar compreenderá todas as unidades administrativas dos níveis não constantes de sua estrutura básica, com a qual guarda estrita consonância.
>
> § 1º. Por ato fundamentado e no interesse da Administração Municipal, o Prefeito poderá **criar órgão de missão**, de natureza temporária, sem personalidade jurídica para execução de programas e projetos considerados prioritários, de relevante interesse público ou emergencial.

[1] VELLOSO, Carlos Mário da Silva. *Temas de Direito Público*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p. 421 *apud* MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2005, p. 428

§ 2º. Os órgãos de missão se extinguirão pelo decurso do prazo fixado no ato de sua criação.

§ 3º. Para o seu funcionamento poderão ser deslocados recursos humanos, materiais e financeiros, nos termos da legislação em vigor.

§ 4º. O Poder Executivo regulamentará, através de Decreto, as competências e a organização interna própria da estrutura complementar, bem como a especificação de classe dos cargos criados ou transformados por Lei." (grifo nosso)

Conforme se observa, o § 1º do art. 30 dispõe sobre a possibilidade de o Prefeito, por ato administrativo, criar órgão integrante da estrutura complementar do Poder Executivo, o que é inviável, uma vez que os decretos que dispõem sobre organização e funcionamento da administração pública somente podem ser editados sem fundamento legal **quando não criem ou extingam órgãos públicos** (art. 84, VI, *a*, da CRFB c/c art. 29, *caput*, da CRFB).

Poderia se argumentar, erroneamente, que não haveria ofensa à garantia constitucional da reserva de lei, já que dispositivo legal autorizaria, em abstrato, a criação de "*órgão de missão*", a ser feita de acordo com a conveniência e oportunidade do chefe do Poder Executivo. No entanto, seria muito fácil burlar a Constituição em razão de tal interpretação, já que bastaria que a lei ordinária concedesse uma delegação geral de competência legislativa ao Prefeito para que este editasse decretos autônomos ao arrepio da Constituição. Nesse sentido, pertinente a lição de Celso Antônio Bandeira de Melo:

"(...) **a lei que limitar-se a (pretender) transferir ao Executivo o poder de ditar, por si, as condições ou meios que permitem restringir um direito configura delegação disfarçada, inconstitucional.** (...) Seria absurdo e afrontoso à inteligência supor que a Constituição estabeleceu mecanismos tão cautelosos para a defesa de valores ciosamente postos a bom recato, os quais, entretanto, seriam facilmente reduzidos a nada, graças ao expediente singelo das delegações procedidas indiretamente. É que, como disse o precitado Geraldo Ataliba, em frase altamente sugestiva: 'Ninguém construiria uma fortaleza de pedra, colocando-lhe portas de papelão'."[2] (grifo nosso)

Adite-se a isto que o poder de legislar inerente ao exercício da vereança é indisponível, por isso que não pode ser delegado ao Executivo por lei que não lhe fixe limites, como, por exemplo, prevendo pressupostos para concessão do direito e limitações de despesa.

[2] MELO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo.* São Paulo: Malheiros, 2000, p. 321-23

O art. 34, por sua vez, institui diversos conselhos municipais, que, como se sabe, são órgãos do Poder Executivo. O seu **parágrafo único**, por sua vez, estabelece que a regulamentação de alguns deles poderá ser feita mediante decreto, e os demais em lei específica. Conforme já afirmado, uma das hipóteses em que é viável a edição de decretos autônomos é para a regular a organização e funcionamento da Administração Pública, razão pela qual a edição de decretos que regulamentem o funcionamento dos conselhos, já criados pelo *caput* do art. 34, é viável. Rememore-se, contudo, que não poderá haver aumento de despesa quando da edição dos decretos (art. 84, VI, *a*, da CRFB), razão pela qual deve ser acrescido ao dispositivo a ressalva: *"desde que não implique aumento de despesa"*.

O art. 39, por sua vez, dispõe, *in verbis*:

> "Art. 39. O Prefeito Municipal promoverá a especificação de classe por meio de Decreto que determinará:
>
> I – os objetivos;
>
> II – a natureza do trabalho;
>
> III – a qualificação;
>
> IV – o quadro numérico da lotação setorial"

Como se sabe, a lei de iniciativa do Prefeito pode **criar** cargos (art. 61, § 1º, II, *a* c/c art. 29, *caput*, da CRFB). Além disso, cumpre à lei estabelecer os requisitos para a investidura no cargo (art. 37, I, da CRFB). A organização do quadro funcional, por sua vez, pode ser objeto de decreto, observadas, evidentemente, os limites para o poder regulamentar, razão pela qual o art. 39 da proposição é consentâneo com a Constituição.

Concluímos, portanto, pela inviabilidade de prosperarem o art. 30 e seus respectivos parágrafos do Projeto de Lei n.º 04/2009, por não ser viável a criação de órgão público mediante decreto (art. 84, VI, *a*, c/c art. 29, *caput*, da CRFB). O ato regulamentar previsto no art. 34, parágrafo único, por sua vez, é viável, desde que não implique aumento de despesa, pelo que recomendamos a adição da ressalva *"desde que não implique aumento de despesa"* no texto do dispositivo constante da proposição.

**C) É viável a transformação dos Departamentos Municipais em Secretarias? Qual é o critério para tal alteração?**

As Secretarias, cujos titulares são os Secretários Municipais - agentes políticos auxiliares do Prefeito na consecução das competências materiais do Poder Executivo, delegatários do poder de gestão do Prefeito em suas respectivas pastas (art. 84, II c/c art. 29, V, da CRFB) -, são órgãos integrantes da estrutura do Poder Executivo, criados e extintos por lei.

Conforme se observa no texto do art. 29, V da Constituição – que fala em remuneração de "Secretários Municipais" - é mais condizente com o sistema constitucional vigente que tais órgãos sejam denominados **Secretarias**. A despeito disso, é comum que a lei municipal as denomine "Departamentos", "Diretorias" e outros termos congêneres, o que, embora não seja o mais correto, não lhes altera a natureza jurídica, aplicando-se aos respectivos titulares o regime jurídico próprio dos Secretários – desde as prerrogativas e poderes até as limitações remuneratórias, incompatibilidades e impedimentos. De qualquer forma, a alteração promovida pelo Projeto de Lei n.º 04/2009 vai ao encontro do disposto na Constituição, dando mais coerência e uniformidade ao ordenamento jurídico.

Concluímos, portanto, pela possibilidade de se promover a alteração dos nomes dos "Departamentos" para **Secretarias** por meio do Projeto de Lei n.º 04/2009, por ser esta a denominação mais adequada para as pastas cujos titulares são auxiliares diretos do Prefeito Municipal, como se depreende do art. 29, V, da CRFB.

**D) É possível a alteração do quantitativo de cargos de provimento em comissão e de seus respectivos vencimentos?**

Conforme já afirmado, somente a lei de iniciativa do Poder Executivo pode criar cargos e fixar seus vencimentos (art. 61, § 1º, II, *a*, c/c art. 29, *caput*, da CRFB), razão pela qual o Projeto de Lei n.º 04/2009 pode promover o aumento do número de cargos em comissão e seus respectivos vencimentos. No entanto, conforme já esclarecido no **item A,** deveria o Projeto de Lei n.º 04/2009 estar acompanhado dos demonstrativos exigidos pela LC n.º 101/2001, razão pela qual não podem prosperar os dispositivos que assim dispõem.

É o parecer, s. m. j.,

Gustavo da Costa Ferreira M. dos Santos
Assessor Jurídico

Aprovo o parecer.

Rachel Farhi
Consultora Jurídica

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2009.

GCFMS\prl
H:\2009\20090498.DOC

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

***Ofício nº. 0018/2009 - ALSL.***

*Estância Turística de Holambra, 23 de junho de 2009.*

*Senhor Luiz Henrique,*

*Na qualidade de Vereador desta Casa de Leis venho através deste, solicitar de Vossa Senhoria a possibilidade de realizar uma manutenção na rede elétrica que passa pelo bairro Chácaras Camanducaia.*

*A rede elétrica deste referido bairro pertence à antiga Companhia Jaguari de Energia, e se encontra em péssimas condições. Fui procurado por moradores solicitando a intervenção para que a manutenção ocorra o mais breve possível.*

*Certo de contar com pronto atendimento desta solicitação, firmo-no nosso apreço e consideração.*

*Atenciosamente,*

***APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA***
***Vereador Municipal***

*A Sua Senhoria o Senhor,*
***LUIZ HENRIQUE***
*CPFL Energia*
*Jaguariúna - SP.*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

## Camara Holambra

**De:** "Bruno Ganem" <bruno.ganem@camaraindaiatuba.sp.gov.br>
**Para:** <carla@camaraholambra.com.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 4 de junho de 2009 13:45
**Assunto:** Convite para Reunião Parlamentar

Indaiatuba, aos 04 de junho de 2009.
Ofício GV nº 178 / 2009.

É com grande satisfação que convido Vossa Excelência a participar da Reunião Parlamentar Metropolitana para discussão da Ampliação de Viracopos. No encontro será discutido o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) das obras da primeira fase da Ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos e será formada uma Comissão Metropolitana para o acompanhamento desta obra.
A reunião será realizada no Plenarinho da Câmara Municipal de Indaiatuba, em 16 de junho de 2009, com inicio às 9 horas. Solicito a gentileza de confirmar presença através do telefone (19) 3885-7708.

Sua participação é fundamental!

Atenciosamente,

Bruno Arevalo Ganem
Vereador

**Visando a adequação do Projeto de Lei nº ???? em conformidade com a Lei Orgânica do Município, artigo 5º, parágrafo 2º, apresento a seguinte emenda substitutiva, sendo essa a nova redação do artigo conforme abaixo:**

**Artigo. 2º** - O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO será constituído por 15 (quinze) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir especificadas:

I.- Um (01) representante do Departamento Municipal de Educação, indicado pelo Poder Executivo Municipal, com poder de decisão;

II.- Um (01) representante da área financeira da Municipalidade, indicado pelo Poder Executivo Municipal;

III.- Um (01) representante dos assuntos jurídicos da Municipalidade, indicado pelo Poder Executivo Municipal;

IV.- Um (01) representante do Departamento de Administração da municipalidade, indicado pelo Poder Executivo.

V.- Um (01) representante do Departamento de Cultura da municipalidade, indicado pelo Poder Executivo.

VI.- Um (01) representante dos Especialistas da Educação, da Rede Pública Municipal de Ensino, escolhido por seus pares;

VII.- Um (01) representante dos Docentes, da Rede Pública Municipal de Ensino, escolhido por seus pares;

VIII.- Um (01) representante dos Funcionários Públicos Municipais, da Rede Pública Municipal de Ensino, escolhido por seus pares;

IX.- Um (01) representante de Pais de Alunos, da Rede Pública Municipal de Ensino, escolhido pelas Associações de Pais e Mestres, devidamente legalizadas;

X.- Um (01) representante de Estudantes, que sejam emancipados, da Rede Pública Municipal de Ensino, escolhido por seus pares;

XI.- (Um) 01 representante do Conselho Municipal do FUNDEB, indicado pela respectiva organização;

XII.- Um (01) representante do Conselho de Alimentação Escolar, do município, indicado pela respectiva organização;

XIII.- Um (01) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, indicado pela respectiva organização;

XIV.- Um (01) representante das Classes de Suporte Pedagógico, da Rede Pública Estadual de Ensino, escolhido por seus pares;

XV.- Um (01) representante das escolas particulares do município, escolhido por seus pares.

*O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo,*

*Deputado Barros Munhoz,*

*o 1º Secretário Deputado Carlinhos Almeida e o*

*2º Secretário Deputado Aldo Demarchi*

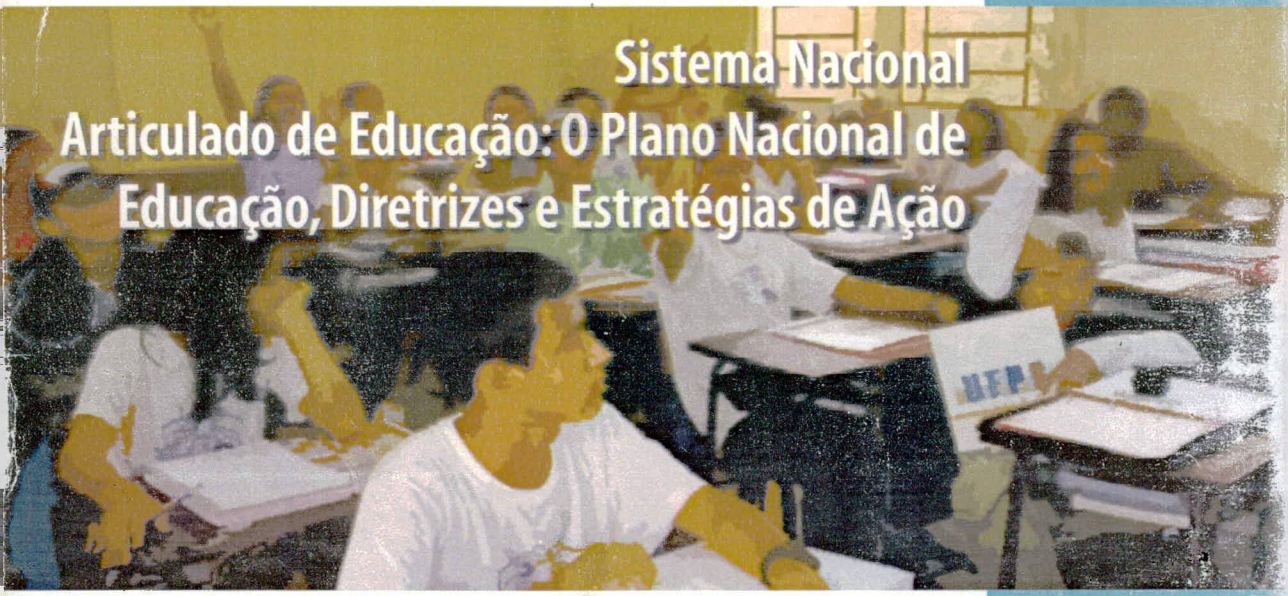
*sentir-se-ão honrados com sua presença na Sessão Solene que, por ocasião das comemorações dos "20 anos de Promulgação da Constituinte Estadual", será realizada no dia 5 de outubro de 2009, às 18h, no Plenário "Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira".*

*Palácio 9 de Julho - Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - piso AM - Ibirapuera - São Paulo - SP*
*www.al.sp.gov.br*

Comissão de Educação e Comissão de Cultura, Ciência e Tecnolo

Audiência Pública

# Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação



Ministério da Educação

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

UNDIME União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

PDE

Comissão Organizadora da CONAE-SP

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

CONAE 2010
Conferência Nacional de Educação
Etapa do Estado de São Paulo

Co...rência Nacional de Educação
Etapa do Estado de São Paulo

1° outubro 2009 das 14h às 18h

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
Plenário Juscelino Kubitschek

Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - Ibirapuera - São Paulo
Informações: (11) 3886-6848/6854/6354
e-mail: ced@al.sp.gov.br

**Presenças:**
Ministro da Educação: **Prof. Fernando Haddad**
Secretário Estadual de Educação: **Prof. Paulo Renato de Souza**
Coordenador da Conaesp – Vice Presidente da Undime: **Prof. José Adinan Ortolan**
Presidente da APEOESP – Membro Do Conselho Nacional De Educação: **Profª. Maria Isabel De Azevedo**

**Coordenação:**
**Dep. Maria Lúcia Prandi** (presidente da Comissão de Educação)
**Dep. Célia Leão** (presidente da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia)
**Dep. Simão Pedro** (proponente e Vice-presidente da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Av. Pedro Álvares Cabral, 201
Ibirapuera - São Paulo - SP
CEP 04097-900

D = 34409116
H = 04057063
18557310

PALÁCIO 9 DE JULHO 2309 2009 SÃO PAULO - SP

R$ 01,00
MF01842 DH
BRASIL CORREIOS

Exmo.(a) Sr.(a) Presidente da Câmara de Holambra
Av. Rota dos Imigrantes, 425, Cx.P. 94
13825-000 Holambra - SP

# Câmara Municipal de Holambra

**Relação de INDICAÇÃO no período de 01/01/2009 a 27/05/2009**

**AUTOR:** WILSON BARBOSA

**NÚMERO:** 00007/2009 **DATA:** 4/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Acrescentar mais horários na linha do ônibus circular para o bairro Camanducaia
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00028/2009 **DATA:** 18/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** , LIMPEZA DA PISCINA PÚBLICA E MANUTENÇÃO DAS BOMBAS.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00029/2009 **DATA:** 18/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** COLOCAÇÃO DE LIXEIRAS PÚBLICAS NAS RUAS DO MUNICÍPIO.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00044/2009 **DATA:** 5/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A possibilidade de 2 guardas municipais de plantão na lagoa "Nossa Prainha" e imediações, principalmente de 2ª a 6ª Feira das 19:30 as 23 horas.
**SITUAÇÃO:**

Total de registros: **4**

# Câmara Municipal de Holambra

**Relação de INDICAÇÃO no período de 01/01/2009 a 27/05/2009**

**AUTOR:** MARIO LUIZ SITTA

**NÚMERO:** 00013/2009 **DATA:** 4/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Reativação do Conselho Municipal de Segurança - CONSEG, em caráter deliberativo
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00045/2009 **DATA:** 6/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Manutenção do complexo da caixa d'água do Residencial Villa de Holanda
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00046/2009 **DATA:** 6/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** No sentido de determinar ao Departamento Municipal competente, a reativação de caixa d'água tipo taça para uso destinado ao Condomínio Residencial Palm Park
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00061/2009 **DATA:** 17/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A MANUTENÇÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO DA PRAÇA DOS CRISÂNTEMOS, BEM COMO A INSTALAÇÃO DE BEBEDOUROS E BANHEIROS NO LOCAL
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00062/2009 **DATA:** 17/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** MANUTENÇÃO NA GRADE PROTETORA DO BUEIRO DA AVENIDA ROTA DOS IMIGRANTES, NA ALTURA DO NÚMERO 235, DEFRONTE AO SUPERMERCADO EVA
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00063/2009 **DATA:** 17/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** PARA QUE SEJA FEITA DEDETIZAÇÃO NOS BUEIROS DO CENTRO DO NOSSO MUNICÍPIO
**SITUAÇÃO:**

Total de registros: **6**

# Câmara Municipal de Holambra

**Relação de INDICAÇÃO no período de 01/01/2009 a 27/05/2009**

**AUTOR:** DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA

**NÚMERO:** 00004/2009 **DATA:** 4/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Providências urgentes para que seja feito acostamento na Estrada Van Aken com a Estrada Municipal HBR 50 até o Bairro Imigrantes.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00005/2009 **DATA:** 4/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** rovidencia da manutenção do Prédio da Casa do Trabalhador, localizado no Bairro Pinhalzinho.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00024/2009 **DATA:** 18/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Feitura da calçada na Avenida das Tulipas, entre as ruas Lazinho Fogaça e João Fogaça
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00037/2009 **DATA:** 27/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Providências quanto à construção de um ponto de ônibus, com cobertura, defronte ao Sítio do Senhor André Boersen, localizado na Estrada Municipal HBR 317, no Bairro Fundão
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00038/2009 **DATA:** 27/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Para que seja feita a cobertura do barracão (área da cozinha e do banheiro) da escolinha do Bairro Fundão, localizada perto da Capelinha Nossa Senhora do Amparo
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00044/2009 **DATA:** 5/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A possibilidade de 2 guardas municipais de plantão na lagoa "Nossa Prainha" e imediações, principalmente de 2ª a 6ª Feira das 19:30 as 23 horas.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00056/2009 **DATA:** 17/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A PINTURA DAS LOMBADAS EM TODA EXTENSÃO ASFALTADA QUE DÁ ACESSO AO B. PALMEIRAS
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00057/2009 **DATA:** 17/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA ESTRADA HBR 208, EM FRENTE AS CASAS PRÓXIMAS AO RIO PIRAPITINGUI.
**SITUAÇÃO:**

# Câmara Municipal de Holambra

**Relação de INDICAÇÃO no período de 01/01/2009 a 27/05/2009**

**AUTOR:** DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA

**NÚMERO:** 00060/2009 **DATA:** 17/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A COLOCAÇÃO DE LOMBADAS NA AVENIDA DAS DÁLIAS, EM FRENTE AO NÚMERO 659, NO JARDIM DAS TULIPAS E NA MESMA AVENIDA, NO LADO OPOSTO, ENTRE OS NÚMEROS 460 E 480.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00070/2009 **DATA:** 7/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** PROVIDÊNCIAS VISANDO MINIMIZAR O PROBLEMA DE ACÚMULO DE ÁGUAS PLUVIAIS NA AV. ROTA DOS IMIGRANTES, EM FRENTE AO BANCO DO BRASIL.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00071/2009 **DATA:** 7/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** ORIENTAR O NÃO CULTIVO DE PLANTAS DE GRANDE PORTE ( MILHO, MANDIOCA, VASSOURA, ETC.) NOS TERRENOS VAZIOS DO B. IMIGRANTES, POR MOTIVO DE SEGURANÇA DE SEUS MORADORES.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00072/2009 **DATA:** 7/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** LIMPEZA DA PISTA DE SKATE LOCALIZADA NA PRAÇA DO PARQUE RESIDENCIAL GROOT
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00073/2009 **DATA:** 7/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** ENVIAR UM PROFISSIONAL DA ÁREA ESPORTIVA , AO MENOS UMA VEZ POR SEMANA, NA ÁREA DE LAZER DO BAIRRO IMIGRANTES PARA OFERECER ATIVIDADES ESPORTIVAS ÁS CRIANÇAS DO BAIRRO CITADO.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00088/2009 **DATA:** 17/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** LIMPEZA DA ÁREA RURAL, LOTE 07 DA SEÇÃO F, QUE MARGEA O LOTEAMENTO JARDIM DAS TULIPAS.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00089/2009 **DATA:** 17/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** PARA ADENTRAR A RONDA DA GUARDA MUNICIPAL NA ÁREA DE LAZER DO BAIRRO RESIDENCIAL PARQUE DOS IMIGRANTES.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00091/2009 **DATA:** 6/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO CIDADÃO NA REDE PUBLICA DE SAÚDE DE HOLAMBRA
**SITUAÇÃO:**

# Câmara Municipal de Holambra

**Relação de INDICAÇÃO no período de 01/01/2009 a 27/05/2009**

**AUTOR:** ANDREZA ESPERANÇA

**NÚMERO:** 00023/2009 **DATA:** 18/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** LIMPEZA (NO ACOSTAMENTO) DO TRECHO COMPREENDIDO AO LOTEAMENTO RES. NOVA HOLANDA, NA RUA FIGUEIRA S/N.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00044/2009 **DATA:** 5/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A possibilidade de 2 guardas municipais de plantão na lagoa "Nossa Prainha" e imediações, principalmente de 2ª a 6ª Feira das 19:30 as 23 horas.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00055/2009 **DATA:** 17/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** COLOCAÇÃO DE UM PONTO DE ÔNIBUS, COM GUARITA (COBERTURA), BANCO E PISO, NO BAIRRO PALMEIRAS.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00059/2009 **DATA:** 17/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** O TÉRMINO DE 02 (DOIS) PONTOS DE ÔNIBUS NO BAIRRO PALMEIRAS.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00066/2009 **DATA:** 7/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A MELHORIA NO TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00067/2009 **DATA:** 7/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A COLOCAÇÃO DE OUTRA PLACA IDÊNTICA A JÁ EXISTENTE, DO LADO OPOSTO, NA ESQUINA DA RUA DÓRIA VASCONCELOS COM A RUA CAMPO DO POUSO, QUE PROIBE O TRÂNSITO DE CAMINHÕES NAQUELE TRECHO
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00068/2009 **DATA:** 7/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO E PINTURA DA LOMBADA, LOCALIZADA NA RUA JORGE LATOUR, EM FRENTE A SIA MÓVEIS.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00077/2009 **DATA:** 7/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Uma operação tapa buracos em toda extensão da Estrada Municipal HBR 155, (Bairro Palmeiras).
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00079/2009 **DATA:** 14/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Criar e instituir o PROCON no Município
**SITUAÇÃO:**

# Câmara Municipal de Holambra

**Relação de INDICAÇÃO no período de 01/01/2009 a 27/05/2009**

**AUTOR:** ANDREZA ESPERANÇA

**NÚMERO:** 00085/2009 **DATA:** 14/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** FISCALIZAÇÃO E COLOCAÇÃO DE MAIS ÔNIBUS ESCOLARES NAS LINHAS QUE TEM UM MAIOR NÚMERO DE ALUNOS.
**SITUAÇÃO:**

Total de registros: **10**

# Câmara Municipal de Holambra

**Relação de INDICAÇÃO no período de 01/01/2009 a 27/05/2009**

**AUTOR:** APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA

**NÚMERO:** 00108/2009 **DATA:** 8/5/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A POSSIBILIDADE DE ENCAMINHAR A ESTE LEGISLATIVO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DANDO ISENÇÃO DE TRIBUTOS AOS APOSENTADOS
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00109/2009 **DATA:** 13/5/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A POSSIBILIDADE DE TRAZER O POUPA TEMPO MÓVEL PARA NOSSO MUNICÍPIO, SEMELHANTE AO ACONTECIDO NO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA POR PERÍODO DE 1 A 2 SEMANAS.
**SITUAÇÃO:** APRESENTADO

**NÚMERO:** 00110/2009 **DATA:** 13/5/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A POSSIBILIDADE DE VISITA DOMICILIAR DE UM (A) PROFISSIONAL (AUXILIAR DE ENFERMAGEM) NOS BAIRROS DISTANTES DO CENTRO DE HOLAMBRA.
**SITUAÇÃO:** APRESENTADO

**NÚMERO:** 00113/2009 **DATA:** 27/5/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A INSTALAÇÃO DE SEMÁFOROS NA ESQUINA DA RUA DÓRIA VASCONCELOS COM A RUA CAMPO DE POUSO E NA AV. ROTA DOS IMIGRANTES , EM FRENTE AO BANCO ITAÚ.
**SITUAÇÃO:** APRESENTADO

**NÚMERO:** 00114/2009 **DATA:** 27/5/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A CRIAÇÃO DA APAE EM NOSSO MUNICÌPIO.
**SITUAÇÃO:** APRESENTADO

Total de registros: **39** 37

# Câmara Municipal de Holambra

**Relação de INDICAÇÃO no período de 01/01/2009 a 27/05/2009**

**AUTOR:** APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA

**NÚMERO:** 00082/2009 **DATA:** 14/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** SOLICITE JUNTO A SECRETÁRIA DE SEGURANÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, O AUMENTO DO EFETIVO DA POLICIA MILITAR E A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS MESMOS.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00083/2009 **DATA:** 14/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A COLOCAÇÃO DE UM PONTO DE ÔNIBUS COM COBERTURA NA ESTRADA HBR 10, EM FRENTE AO SITIO PICA PAU E COLINAS DO CAMANDUCAIA
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00084/2009 **DATA:** 14/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** SOLICITE À SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, A VINDA URGENTE DE UM INVESTIGADOR PARA A POLICIA CIVIL DE NOSSO MUNICÍPIO.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00091/2009 **DATA:** 6/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO CIDADÃO NA REDE PUBLICA DE SAÚDE DE HOLAMBRA
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00092/2009 **DATA:** 6/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A PRESENÇA DA GUARDA MUNICIPAL NO ESTACIONAMENTO DA PARÓQUIA DO DIVINO ESPIRITO SANTO, PRINCIPALMENTE NOS FINAIS DE SEMANA
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00093/2009 **DATA:** 6/5/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A COLOCAÇÃO DE 02 LOMBADAS NA RUA LARANJEIRAS, NO BAIRRO CAMANDUCAIA.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00094/2009 **DATA:** 6/5/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A COLOCAÇÃO DE PLACAS INDICATIVAS COM OS NOMES DAS RUAS DO BAIRRO CHACARAS CAMANDUCAIA.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00095/2009 **DATA:** 6/5/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** , IMPLANTAR A EQUOTERAPIA PARA OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DO NOSSO MUNICÍPIO.
**SITUAÇÃO:**

# Câmara Municipal de Holambra

**Relação de INDICAÇÃO no período de 01/01/2009 a 27/05/2009**

**AUTOR:** APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA

**NÚMERO:** 00064/2009 **DATA:** 7/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A DISTRIBUIÇÃO DOMICILIAR DE CORRESPONDÊNCIAS NO BAIRRO CHÁCARAS CAMANDUCAIA
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00065/2009 **DATA:** 20/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** AUMENTAR FREQUENCIA DA COLETA DE LIXO RECICLÁVEL NOS BAIRROS AFASTADOS DO CENTRO.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00074/2009 **DATA:** 7/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A FEITURA DE COBERTURA NA QUADRA DE ESPORTES DA EMEB JARDIM DAS PRIMAVERAS.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00075/2009 **DATA:** 7/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A COLOCAÇÃO DE UMA LOMBADA NA RUA HERMANS, NO BAIRRO IMIGRANTES
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00076/2009 **DATA:** 7/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A COLOCAÇÃO DE MAIS GUARDAS PARA INTENSIFICAR AS RONDAS NOS BAIRROS CAMANDUCAIA, IMIGRANTES E FUNDÃO.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00078/2009 **DATA:** 7/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A LIMPEZA NO INTERIOR DOS ÔNIBUS CIRCULARES E NOS ÔNIBUS ESCOLARES
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00080/2009 **DATA:** 14/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE RAMPA DE ACESSO À ACADEMIA DA 3ª IDADE PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00081/2009 **DATA:** 14/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIA DE 3ª IDADE NO BAIRRO IMIGRANTES.
**SITUAÇÃO:**

# Câmara Municipal de Holambra

**Relação de INDICAÇÃO no período de 01/01/2009 a 27/05/2009**

**AUTOR:** APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA

**NÚMERO:** 00035/2009 **DATA:** 26/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A COLOCAÇÃO DE GUARITA NO PONTO DE ÔNIBUS, NA RUA JORGE LATOUR, DEFRONTE O GINÁSIO MUNICIPAL.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00036/2009 **DATA:** 26/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A COLOCAÇÃO DE MONITORES NOS ÔNIBUS ESCOLARES DO MUNICIPIO
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00044/2009 **DATA:** 5/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A possibilidade de 2 guardas municipais de plantão na lagoa "Nossa Prainha" e imediações, principalmente de 2ª a 6ª Feira das 19:30 as 23 horas.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00049/2009 **DATA:** 17/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A COLOCAÇÃO DE COBERTURA NA QUADRA DE ESPORTES DA EMEB JARDIM FLAMBOYANT
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00050/2009 **DATA:** 17/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00051/2009 **DATA:** 17/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A LIMPEZA NOS LOTES VAZIOS DO BAIRRO IMIGRANTES.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00052/2009 **DATA:** 17/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A LIMPEZA DAS VIAS PÚBLICAS DO BAIRRO IMIGRANTES.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00053/2009 **DATA:** 17/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** PARA TERMINAR A CONSTRUÇÃO E ILUMINAR A PRAÇA DO BAIRRO CHÁCARAS CAMANDUCAIA
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00054/2009 **DATA:** 17/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** COLOCAR VIGIA 24 HORAS POR DIA OU IMPOSSIBILITAR O ACESSO DE PESSOAS NÃO AUTORIZADAS À CAIXA D' ÁGUA DO BAIRRO IMIGRANTES
**SITUAÇÃO:**

# Câmara Municipal de Holambra

**Relação de INDICAÇÃO no período de 01/01/2009 a 27/05/2009**

**AUTOR:** APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA

**NÚMERO:** 00007/2009 **DATA:** 4/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Acrescentar mais horários na linha do ônibus circular para o bairro Camanducaia
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00008/2009 **DATA:** 4/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Providências quanto a colocação de lombada na Avenida Scolten, no Residencial dos Imigrantes
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00009/2009 **DATA:** 4/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Retomado do Curso Básico de Informática gratuito a população holambrense
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00010/2009 **DATA:** 4/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Maior patrulhamento no Bairro Palmeiras
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00019/2009 **DATA:** 11/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO BAIRRO CHÁCARAS CAMANDUCAIA
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00020/2009 **DATA:** 11/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO URGENTE DE SANITÁRIOS PÚBLICOS.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00021/2009 **DATA:** 18/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A DISTRIBUIÇÃO DOMICILIAR DE CORRESPONDÊNCIAS NO PARQUE RES. DOS IMIGRANTES
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00027/2009 **DATA:** 18/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** LIMPEZA PUBLICA NO BAIRRO CHACARAS CAMADUCAIAS.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00034/2009 **DATA:** 26/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A IMPLANTAÇÃO URGENTE DE REDE DE ESGOTO NO BAIRRO CHÁCARAS CAMANDUCAIA
**SITUAÇÃO:**

# Câmara Municipal de Holambra

**Relação de INDICAÇÃO no período de 01/01/2009 a 27/05/2009**

**AUTOR:** JOSÉ BENEDITO DE SOUZA

**NÚMERO:** 00016/2009 **DATA:** 11/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Retomada do Programa PROERD
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00025/2009 **DATA:** 18/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Implantação de Farmácia Popular com desconto de até 90% em nosso Município de Holambra
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00033/2009 **DATA:** 20/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Para que seja elaborado um projeto (SOBRE A REALIZAÇÃO DE CAMPANHA PERMAMENTE DE CONSCIENTIZAÇÃO E VACINAÇÃO CONTRA A RUBÉOLO, DIRIGIDA AS JOVENS DO SEXO FEMININO NA FASE DA PUBERDADE)
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00044/2009 **DATA:** 5/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A possibilidade de 2 guardas municipais de plantão na lagoa "Nossa Prainha" e imediações, principalmente de 2ª a 6ª Feira das 19:30 as 23 horas.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00091/2009 **DATA:** 6/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO CIDADÃO NA REDE PUBLICA DE SAÚDE DE HOLAMBRA
**SITUAÇÃO:**

Total de registros: **5**



encam. 08.7

# Câmara Municipal de Holambra

**Relação de INDICAÇÃO no período de 01/01/2009 a 27/05/2009**

**AUTOR:** JOSÉ MARCOS DE SOUZA

**NÚMERO:** 00007/2009 **DATA:** 4/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Acrescentar mais horários na linha do ônibus circular para o bairro Camanducaia
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00014/2009 **DATA:** 11/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** REAJUSTE DOS SALARIOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00015/2009 **DATA:** 11/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** LIMPEZA E RETIRADA DAS LÂMPADAS DE NATAL DA PRAÇA DOS COQUEIROS
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00016/2009 **DATA:** 11/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Retomada do Programa PROERD
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00039/2009 **DATA:** 2/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A PINTURA DE FAIXA AMARELA EM FRENTE A EMEI "JOAQUIM FELIPE DE ALMEIDA
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00047/2009 **DATA:** 10/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Limpeza e manutenção ao redor da "Nossa Prainha"
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00090/2009 **DATA:** 17/5/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A POSSIBILIDADE DE ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE LEI PARCELANDO O PAGAMENTO DO "HABITE-SE" PARA REGULARIZAÇÃO DOS IMÓVEIS.
**SITUAÇÃO:**

Total de registros: **7**

# Câmara Municipal de Holambra

**Relação de INDICAÇÃO no período de 01/01/2009 a 27/05/2009**

**AUTOR:** NAIARA REGITANO HENDRIKX

**NÚMERO:** 00006/2009 **DATA:** 4/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Autoriza providências para viabilizar o transporte gratuito aos universitários holambrenses que estudam em outros municípios.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00012/2009 **DATA:** 4/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Adotar medidas eficazes para melhorar a segurança em Holambra, detectando e inibindo situações de risco aos nossos moradores.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00030/2009 **DATA:** 18/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Para que seja reativado o Conselho Municipal Antidrogas - COMAD.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00031/2009 **DATA:** 18/2/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Determinar ao Conselho Municipal Antidrogas - COMAD, desenvolver um projeto de prevenção ao uso indevido de drogas
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00040/2009 **DATA:** 4/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A viabilidade de reativar a cozinha da escola Flamboyant.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00041/2009 **DATA:** 4/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Agilizar o complemento educacional para que os alunos da EMEI "Joaquim Felipe de Almeida" e EMEB "Jardim das Primaveras", permaneçam na escola em tempo integral.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00042/2009 **DATA:** 4/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Para que seja providenciada medidas para que sejam colocadas placas com os nomes de rua no Bairro Imigrantes bem como melhorar as já existentes
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00043/2009 **DATA:** 10/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Determinar ao Departamento Municipal competente a manutenção do asfalto localizado na Avenida Mário Bonano em frente à Academia Equilíbrium
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00044/2009 **DATA:** 5/3/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A possibilidade de 2 guardas municipais de plantão na lagoa "Nossa Prainha" e imediações, principalmente de 2ª a 6ª Feira das 19:30 as 23 horas.
**SITUAÇÃO:**

# Câmara Municipal de Holambra

**Relação de INDICAÇÃO no período de 01/01/2009 a 27/05/2009**

**AUTOR:** NAIARA REGITANO HENDRIKX

**NÚMERO:** 00048/2009 **DATA:** 7/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A possibilidade de providenciar rampas para os cadeirantes na Avenida Rota dos Imigrantes
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00069/2009 **DATA:** 7/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A POSSIBILIDADE DE PROVIDENCIAR A CRIAÇÃO DE 01 VAGA DE ESTACIONAMENTO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS, NA AVENIDA ROTA DOS IMIGRANTES
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00079/2009 **DATA:** 14/4/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** Criar e instituir o PROCON no Município
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00097/2009 **DATA:** 7/5/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A INSTALAÇÃO DE MAIS UMA FAIXA DE PEDESTRE EM FRENTE O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E A CÂMARA MUNICIPAL.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00105/2009 **DATA:** 8/5/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A IMPLANTAÇÃO DO "DISQUE SAÚDE", COM UM 0800, OU SEJA GRATUÍTO, PARA O AGENDAMENTO DE CONSULTAS MÉDICAS NA POLICLÍNICA E NOS POSTOS DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO NOSSO MUNICÍPIO.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00106/2009 **DATA:** 8/5/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A CONTRATAÇÃO DE MAIS ESPECIALISTAS, PRINCIPALMENTE GERIATRA, OTORRINO, NEUROLOGISTA PARA ADULTOS, VASCULAR E PEDIATRA ATENDENDO TODOS OS DIAS DA SEMANA.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00107/2009 **DATA:** 8/5/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A REATIVAÇÃO DO CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO MÓVEL NAS CRECHES, ESCOLAS E BAIRROS DO NOSSO MUNICÍPIO.
**SITUAÇÃO:**

**NÚMERO:** 00111/2009 **DATA:** 14/5/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** DISPONIBILIZE VEICULOS E APARELHO DE TELEFONIA MÓVEL PARA AS ATIVIDADES EXTERNAS DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL E DO CONSELHO TUTELAR.
**SITUAÇÃO:** APRESENTADO

# Câmara Municipal de Holambra

**Relação de INDICAÇÃO no período de 01/01/2009 a 27/05/2009**

**AUTOR:** NAIARA REGITANO HENDRIKX

**NÚMERO:** 00112/2009 **DATA:** 20/5/2009 **PROCESSO:**
**ASSUNTO:** A COLOCAÇÃO DE LIXEIRAS NA RUA IRÍS, ATRAS DA ACADEMIA EQUILIBRIUM.
**SITUAÇÃO:** APRESENTADO

Total de registros: **18**

Lei contra assédio moral do Estado de São Paulo

De iniciativa de Antonio Mentor, dep. est., PT/SP

Projeto de Lei nº 0422/2001. Veda o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas.

**Aprovada em 13/9/2002 pela Assembléia Legislativa; vetada em 8/11/2002 pelo Governador do Estado e novamente aprovada em 2007.**

Projeto de Lei nº0422/2001

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

**Artigo 1º** - Fica vedado o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas, submetendo servidor a procedimentos repetitivos que impliquem em violação de sua dignidade ou, por qualquer forma, que o sujeitem a condições de trabalho humilhantes ou degradantes.

**Artigo 2º** - Considera-se assédio moral para os fins de que trata a presente Lei, toda ação, gesto ou palavra, praticada de forma repetitiva por agente, servidor, empregado, ou qualquer pessoa que, abusando da autoridade que lhe confere suas funções, tenha por objetivo ou efeito atingir a auto-estima e a autodeterminação do servidor, com danos ao ambiente de trabalho, ao serviço prestado ao público e ao próprio usuário, bem como à evolução, à carreira e à estabilidade funcionais do servidor, especialmente:

determinando o cumprimento de atribuições estranhas ou de atividades incompatíveis com o cargo que ocupa, ou em condições e prazos inexeqüíveis;
designando para o exercício de funções triviais o exercente de funções técnicas, especializadas, ou aquelas para as quais, de qualquer forma, exijam treinamento e conhecimento específicos;
apropriando-se do crédito de idéias, propostas, projetos ou de qualquer trabalho de outrem;

Parágrafo único - Considera-se também assédio moral as ações, gestos e palavras que impliquem:

em desprezo, ignorância ou humilhação ao servidor, que o isolem de contatos com seus superiores hierárquicos e com outros servidores, sujeitando-o a receber informações, atribuições, tarefas e outras atividades somente através de terceiros;
na sonegação de informações que sejam necessárias ao desempenho de suas funções ou úteis a sua vida funcional;
na divulgação de rumores e comentários maliciosos, bem como na prática de críticas reiteradas ou na de subestimação de esforços, que atinjam a dignidade do servidor;

na exposição do servidor a efeitos físicos ou mentais adversos, em prejuízo de seu desenvolvimento pessoal e profissional.

**Artigo 3º** - Todo ato resultante de assédio moral é nulo de pleno direito.

**Artigo 4º** - O assédio moral praticado pelo agente, servidor, empregado ou qualquer pessoa que exerça função de autoridade nos termos desta Lei, é infração grave e sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

advertência;
suspensão;
demissão.

§ 1º - Na aplicação das penalidades serão considerados os danos que dela provierem para o servidor e para o serviço prestado ao usuário pelos órgãos da administração direta, indireta e fundacional, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

§ 2º - A advertência será aplicada por escrito nos casos que não justifique imposição de penalidade mais grave. A penalidade de advertência poderá ser convertida em freqüência a programa de aprimoramento e comportamento funcional, ficando o servidor obrigado a dele participar regularmente, permanecendo em serviço.

§ 3º - A suspensão será aplicada em caso de reincidência de faltas punidas com advertência. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, em montante ou percentual calculado por dia à base dos vencimentos ou remuneração, nos termos das normas específicas de cada órgão da administração direta, indireta e fundacional, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

§ 4º - A demissão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com suspensão.

**Artigo 5º** - Por provocação da parte ofendida, ou de ofício pela autoridade que tiver conhecimento da prática de assédio moral, será promovida sua imediata apuração, mediante sindicância ou processo administrativo.

Parágrafo único - Nenhum servidor poderá sofrer qualquer espécie de constrangimento ou ser sancionado por ter testemunhado atitudes definidas neste artigo ou por tê-las relatado.

**Artigo 6º** - Fica assegurado ao servidor acusado da prática de assédio moral direito de ampla defesa das acusações que lhe forem imputadas, nos termos das normas específicas de cada órgão da administração ou fundação, sob pena de nulidade.

**Artigo 7º** - Os órgãos da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas, na pessoa de seus representantes legais, ficam obrigados a tomar as medidas necessárias para prevenir o assédio moral, conforme definido na presente Lei.

§ 1º - Para os fins de que trata este artigo serão adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

o planejamento e a organização do trabalho:
levará em consideração a autodeterminação de cada servidor e possibilitará o exercício de sua responsabilidade funcional e profissional;
dará a ele possibilidade de variação de atribuições, atividades ou tarefas funcionais;
assegurará ao servidor oportunidade de contatos com os superiores hierárquicos e outros servidores, ligando tarefas individuais de trabalho e oferecendo a ele informações sobre exigências do serviço e resultados;
garantirá a dignidade do servidor.
o trabalho pouco diversificado e repetitivo será evitado, protegendo o servidor no caso de variação de ritmo de trabalho;
as condições de trabalho garantirão ao servidor oportunidades de desenvolvimento funcional e profissional no serviço.

**Artigo 8º** - A receita proveniente das multas impostas e arrecadadas nos termos do artigo 4.º desta Lei, será revertida e aplicada exclusivamente no programa de aprimoramento e aperfeiçoamento funcional do servidor.

**Artigo 9º** - Esta lei deverá ser regulamentada pelo Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias.

**Artigo 10º** - As despesas decorrentes da execução orçamentária da presente lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

**Artigo 11º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 09 de Julho de 2001.

Antonio Mentor, deputado estadual - PT - SP

# PARECER

**Nº: 1028/08**

- PG - Processo Legislativo. Iniciativa de projetos de lei por parte dos Vereadores. Matérias diversas. Serviços públicos. Declaração de utilidade pública. Servidores públicos, – hipótese de inconstitucionalidade.

## CONSULTA:

Trata-se de consulta da Câmara Municipal sobre a legalidade dos seguintes Projetos de Lei:

I – Projeto de Lei nº 76/2006 – Dispõe sobre a instalação de ambulatórios médicos e odontológicos nas escolas municipais.

II – Projeto de Lei nº 77/2006 – Declara de utilidade o sindicato dos servidores públicos.

III – Projeto de Lei nº 78/2006 – Proíbe o débito em conta bancária dos servidores municipais.

IV – Projeto de Lei nº 83/2006 – Veda o assédio moral na Administração Pública.

V – Projeto de Lei nº 84/2006 – Estende os efeitos do acréscimo remuneratório, previsto na Lei nº 1570/2005, para todos os servidores municipais.

## RESPOSTA:

**I – Projeto de Lei nº 76/2006**

Os serviços públicos médicos são organizados e prestados diretamente pelas Administrações federal, estadual e municipal. A legislação nacional traz normas gerais do SUS (Sistema Único de Saúde) que são adotadas em todo o território nacional, cabendo Administração municipal organizar, no âmbito local, a prestação deste serviço.

Não obstante a louvável intenção do Vereador, autor do projeto de lei, devemos salientar que o sistema de governo republicano, adotado pela Constituição Federal, tem por base o princípio da separação dos poderes (art. 2º da CF). Por força deste princípio constitucional, cabe ao Poder Executivo a iniciativa de projetos de lei que instituam programas de governo e a prestação de serviço público a cargo da Prefeitura, impondo, para tanto, atribuições a órgãos daquele Poder, por conta do que dispõe o art. 61, § 2º, II, *e* da CF. Nesse sentido, é farta a jurisprudência do STF

e, também, os precedentes deste Instituto, o que ensejou a elaboração do Enunciado n.º 0002/2004, assim ementado:

> "Processo Legislativo. Inconstitucionalidade de projeto de lei originário do Legislativo que: 1) crie programa de governo; e 2) institua atribuições ao Executivo e a órgãos a ele subordinados."

Concluímos, pois, pela inconstitucionalidade formal do Projeto de Lei nº 76/2006.

**II – Projeto de Lei nº 77/2006**

Diante do que dispõe a lei municipal que regulamenta a declaração de utilidade pública, pode-se concluir que é ilegal a declaração de utilidade pública de Sindicato.

Conforme afirmado anteriormente, o Sindicato não presta serviços a comunidade de forma desinteressada. Em primeiro lugar, o Sindicato age em prol da categoria econômica ou profissional que representa. Em segundo tal não se dá de forma desinteressada, seja pelo comprometimento político, seja pela remuneração.

A discricionariedade do Poder Público, do Executivo ou do Legislativo, em conceder o título de utilidade pública deve se dar nos limites traçados na legislação municipal. Não nos foi remetida a Lei Municipal nº 307/79, que traça os requisitos necessários para a declaração de utilidade pública de entidade local, o que prejudica uma resposta objetiva à consulta. Cumpre lembrar, entretanto, que, em regra, esta legislação exige, de resto, como é o correto, que a entidade preste serviços à comunidade de forma desinteressada, o que, como salientado acima, não é o caso dos sindicatos.

**III e IV – Projeto de Lei nº 78/2006 e Projeto de Lei nº 83/2006**

Os dois projetos de lei tratam de matéria afeta ao regime jurídico dos servidores municipais.

Ocorre que compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de lei que disponha sobre o regime jurídico dos servidores públicos, conforme previsto no art. 61, § 1º, II, "c" da Constituição Federal, aplicável ao Município por conta do princípio da simetria e do que dispõe o art. 29, *caput*, parte final, da CF. Trata-se de corolário do princípio da Separação de Poderes (art. 2º, CF).

Cumpre esclarecer, no entanto, que o fato de não haver regulamentação específica da matéria no âmbito da administração municipal não obsta a reparação civil por dano moral ao servidor que for vítima de violação à honra e à dignidade por superior hierárquico, consoante estabelece o art. 5º, X, da CF. Como é sabido, as esferas de responsabilização civil, administrativa e penal são independentes e o art. 186 c/c 927 do Código Civil reconhece a possibilidade de responsabilização por dano exclusivamente moral.

Ademais, muitas das condutas habitualmente classificadas como "assédio moral" são, em verdade, verdadeiros abusos no exercício do poder diretivo, disciplinar e de controle por parte do superior hierárquico em relação a seus subordinados e que extrapolam, portanto, de suas competências, não configurando exercício regular de suas funções. Logo, mesmo que não haja regulamentação do "assédio moral", é possível que sua conduta já configure infração disciplinar de acordo com as normas vigentes, o que pode dar lugar ao competente processo administrativo disciplinar para a responsabilização do servidor infrator na forma da lei estatutária local.

Face ao exposto, conclui-se que ambos os projetos de lei sobre matéria de pessoal, de iniciativa do Legislativo apresentam vício formal de inconstitucionalidade por violar o art. 61, § 1º, II, "c", o princípio da separação dos poderes (art. 2°, CRFB) e o art. 38, II da Lei Orgânica Municipal. Nada impede, porém que o sejam transformados em indicação ao Executivo.

**V – Projeto de Lei nº 84/2006**

A Lei nº 1507/2005 majorou o vencimento dos cargos de médico, advogado, contador e engenheiro civil. O projeto de lei em epígrafe visa estender o acréscimo patrimonial para os demais servidores públicos.

Em vista do art. 61, § 1º, II, "a", a remuneração dos cargos do Executivo deve estar disposta em lei de iniciativa do Chefe do Executivo. Dessa feita, o projeto de lei sofre de vício formal de inconstitucionalidade, por desacato à norma retromencionada não merecendo prosperar.

Vale ressaltar, que diante da relevância das matérias tratadas neste parecer, a Câmara poderá formular indicação legislativa ao Prefeito Municipal, na forma de seu Regimento Interno, para que, de acordo com seu juízo de conveniência e oportunidade, dê início ao processo legislativo.

É o parecer, s.m.j.

André Gonçalves Caldeira Brant
Assessor Jurídico

Aprovo o parecer.

Rachel Farhi
Consultora Jurídica

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2008.

AGCB\prl
H:\2008\20081028.DOC

**FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM**
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

Parecer CEPAM nº **25.365**
Processo FPFL nº 611/2005
Interessada: Câmara Municipal de Piedade
Vereador Cláudio Pereira da Silva, Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL. VEREADOR. SERVIDOR PÚBLICO.** Licença saúde. Nada impede que o agente político servidor público licenciado para tratamento de saúde, continue exercendo mandato de vereador. A causa que originou a licença precisaria ser impeditiva para exercer a vereança.*

## CONSULTA

Consulta-nos a Câmara Municipal de Piedade, por intermédio do Vereador Nelson Prestes de Oliveira, Presidente da Mesa Diretora, a respeito do que se segue:

> *"1-Determinado Vereador, que exerce cargo de servidor público do Estado, obtém, nesta condição, e sob regime previdenciário próprio, licença para tratamento de saúde, pelo prazo de noventa (90) dias. No entanto, continua exercendo o seu mandato normalmente, considerando-se que a seguridade social daquele que exerce mandato eletivo está afeita ao regime oficial, ou seja, às regras do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), mesmo porque não foi atingido ainda o período de carência exigido por este órgão, no que diz respeito à contribuição que é de 1(um) ano.*
>
> *2- Indagamos: na situação acima, pode o Vereador continuar no pleno exercício do seu mandato, ou está compelido, igualmente, a licenciar-se da Câmara Municipal do exercício da vereança para tratamento de saúde? Neste último caso, como proceder, tendo em vista as disposições do INSS acima citadas?".*

## PARECER

Cabe-nos esclarecer ao nobre consulente, que embora o servidor público com regime próprio de previdência, agente político, licenciado para

Holambra/SP, 13 de Maio de 2009

JUSTIFICATIVAS DO QUESTIONAMENTO DO ATO DA PLC 004/2009

**Ref. Adiamento de Votação**

**PRELIMINARMENTE**

Em resposta ao ato realizado na sessão do dia 11/05/2009, onde o Ilustríssimo Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, requereu a retirada da pauta da presente sessão referente a PLC 004/2009 e solicitou o adiamento por 3 sessões, diante de tal ato venho justificar o ato legalmente a saber:

**Em Síntese:**

A presente PLC 004/2009, **foi protocolizada em 02/03/2009**, Ordem nº 137/2009, sob o **Regime de URGÊNCIA.**

Em **03/03/2009**, o Projeto foi Avaliado pelo Ilustre Vereador JOSÉ MARCOS DE SOUZA, como Relator.

16/03/2009 - Resposta ofício 102/09 - Empresa
30/03/2009 - Resposta ofício COMDEMA. - Orçamento

Sendo que em **06/04/2009**, o Projeto nº 004/2009, teve o seguinte despacho: "Enviar ao Executivo para parecer do CONDEMA e **Aguardar**".

**DO DIREITO**

**DO REGIMENTO INTERNO**

**Do Regime de Tramitação das Proposições:**

**Art. 191** - As proposições serão submetidas aos seguintes regimes de tramitação:

I - Urgência Especial

**II - Urgência**

III - Ordinária

**Art. 193** - Para a concessão deste regime de tramitação serão obrigatoriamente observados as seguintes normas e condições

**Art. 195** - O **regime de Urgência** implica **redução dos prazos regimentais e se aplica somente aos projetos de autoria do Executivo submetidos ao prazo de até 30 (Trinta) dias para apreciação**.

**DOS PROJETOS DE LEI**

**Art. 204** - Se o Prefeito julgar Urgente a medida, **poderá solicitar a apresentação do Projeto se faça em ate 30 (Trinta) dias contados de seu recebimento na Secretaria Administrativa.**

**DO ADIAMENTO DA VOTAÇÃO**

**Art. 254** - O **adiamento da votação** de qualquer proposição só pode ser solicitado antes do inicio, mediante requerimento assinado por líder, **pelo autor** ou relator da matéria.

**Parágrafo 1°** - O **adiamento da votação** só poderá ser concedido uma vez e por prazo previamente fixado, **não superior a três sessões.**

**DO MERITO**

Diante dos fatos e fundamentação legal apresentados conclui-se que:

O projeto de Lei n° 004/2009, foi protocolado na Secretaria desta Casa de leis no dia 02/03/2009, sendo encaminhada ao Relator em 03/03/2009, que após fosse remetida ao Executivo, para manifestar-se sobre o parecer do COMDEMA e aguardasse na data de 06/04/2009, restando assim, por divergirem de vários pontos e ainda requer uma melhor analise técnica e legal do projeto, constatando assim que o Projeto de Lei Complementar, transitou por esta casa por mais de 30 dias, não sendo assim respeitado as condições legais de Urgência, consequentemente assim este Projeto perde seu caráter de URGÊNCIA, por não ter sido respeitado os preceitos legais do Ordenamento Interno.

Estando assim em conformidade e respaldo legal condizentes com as normas internas do Regimento, da medida requerida em questão.

ATENCIOSAMENTE

ASTÉRIO PINTO FILHO
Presidente

CONSÓRCIO PCJ

Câmara Municipal

COMITÊS PCJ

Pedro Wed p/ Vereadores

**PRESS RELEASE**

**23_04_2009**

## Cidades que englobam as bacias PCJ apóiam a criação da Fundação de Direito Privado

Estiveram reunidos no dia 17 de abril de 2009 na Câmara Municipal de Atibaia, interior do estado de São Paulo, vereadores representando vários municípios, tendo como pauta principal a eleição da Diretoria e representantes de bacias hidrográficas para o Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

O Conselho Fiscal pertence à estrutura do Consórcio PCJ e tem a finalidade de fiscalizar as ações do Conselho de Municípios, não só apreciando as contas, como também acompanhando e analisando o desenvolvimento dos programas e projetos, assim atua como um interlocutor das comunidades das sub-bacias as quais representam junto a Diretoria do Consórcio PCJ, no sentido de encaminhar sugestões e propostas para a recuperação de nossas bacias hidrográficas.

Na oportunidade, o engenheiro Francisco Lahóz, Coordenador Geral da Agência de Água PCJ e Coordenador de Projetos do Consórcio PCJ, realizou uma mini-palestra de esclarecimentos sobre a Fundação de Direito Privado Agência de Bacia PCJ, que deverá dar apoio aos Comitês PCJ na aplicação e no gerenciamento dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, conforme a Lei Federal nº 9.433/97 e Lei Estadual nº 10.020/98 e não acarretará nenhum custo ao município, pois sua sustentabilidade está vinculada a essa cobrança e suas despesas, bem como os investimentos em obras, projetos e ações são deliberados pelos Comitês PCJ.

Os vereadores presentes mostraram-se bastante receptivos quanto a finalidade do Projeto de Lei da criação da Fundação e assumiram o compromisso de procederem junto as suas câmaras municipais, em sintonia com as prefeituras municipais, uma avaliação do andamento do Projeto de Lei em seus municípios e auxiliarem naquilo que for possível. Para os vereadores, uma informação importante foi o fato da implicação do Projeto de Lei ser apenas autorizativo para participação do município, não onerando aos cofres públicos, fato que torna o projeto tranquilo sem polêmicas ou resistências.

Durante a reunião do Conselho de Transição do Consórcio PCJ, ocorrida em 5 de fevereiro de 2009, foi aprovado o apoio à proposta dos Comitês das Bacias PCJ, no sentido de que seja criada uma entidade definitiva de Agência de Água, na figura jurídica de Fundação de Direito Privado, a fim de gerenciar os recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso da água de recursos hídricos de domínio de Estado de São Paulo. O Consórcio PCJ exerce funções de Agência de Água, como entidade delegatária por tempo determinado.

Tal postura visa garantir a sustentabilidade do sistema de gestão dos recursos hídricos, uma vez que, viabilizará a utilização de até 10% dos valores arrecadados com a cobrança paulista pelo uso da água nas bacias PCJ, permitindo à Fundação Agência das Bacias PCJ realizar a

**Rua Alfredo Guedes, 1949 - Higienópolis - Piracicaba - SP - Brasil - CEP: 13416-901**
**Edifício Racz Center – Sala 604 – E-mail: agenciapcj@agua.org.br**
**Fone / Fax: (19) 3437. 2100**

contratação de pessoal, montar sua estrutura, adquirir veículos, entre outras providências para melhor atender aos municípios, setor produtivo e comunidade geral das bacias PCJ.

Esse posicionamento se deu - como já citado - em face dos Comitês PCJ, reunidos na cidade de Atibaia, em 12 de dezembro de 2008 que aprovaram a constituição da Fundação Agência das Bacias PCJ em 2009, autorizando que a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, exercida pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), iniciasse os trâmites necessários.

Hoje na nossa região já está implantada a cobrança paulista pelo uso das águas, permitindo a arrecadação de recursos da ordem de R$ 17 milhões por ano, suficientes para garantir o aparelhamento e o funcionamento da Fundação Agência das Bacias PCJ, cujo custeio é de até 10% do valor arrecadado.

A Fundação Agência das Bacias PCJ deverá dar apoio aos Comitês PCJ na aplicação e no gerenciamento dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, conforme a Lei Federal nº 9.433/97 e Lei Estadual nº 10.020/98 e não acarretará nenhum custo ao município, pois sua sustentabilidade está vinculada a essa cobrança e suas despesas, bem como os investimentos em obras, projetos e ações são deliberados pelos Comitês PCJ.

A Fundação Agência das Bacias PCJ, conforme Artigo 2º da Lei Estadual nº 10.020/98, somente poderá ser constituída se houver a adesão, através de leis municipais de, no mínimo, 35% dos municípios localizados nas bacias PCJ, abrangendo pelo menos 50% de sua população. A Fundação Agência das Bacias PCJ será auto-sustentável, com os recursos da cobrança pelo uso da água e, portanto a adesão de seu município à constituição da Fundação Agência das Bacias PCJ não onerará os cofre públicos.

A constituição da Agência das Bacias PCJ, destacadamente o seu Estatuto, deverá obedecer ao disposto na Lei Estadual nº 10.020, de 3 de julho de 1998.

As atribuições e competências da Agência das Bacias PCJ com relação à cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, além do disposto no caput deste artigo, também devem respeitar o disposto na Lei Estadual nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, e suas regulamentações complementares.

O Coordenador da Agência de Água PCJ, Francisco Lahóz aproveitou a oportunidade e ofereceu a estrutura da Agência de Água PCJ (19-3437.2100 e-mail: agenciapcj@agua.org.br) e Consórcio PCJ (19-3407.5772 e-mail: agua@agua.org.br) para procederem outros esclarecimentos sobre este Projeto de Lei.

## Camara Holambra

**De:** "Griffon Brasil Assessoria Ltda" <boletim.sp@griffoncorp.com.br>
**Para:** <camaraholambra@camaraholambra.com.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 1 de julho de 2009 10:29
**Assunto:** Boletim Griffon 01/07/2009

tel: (11) 3186-8100
email: boletim.sp@griffoncorp.com.br

# BOLETIM DE PUBLICAÇÕES

**01 de Julho de 2009**

**A**
**CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA**
Aos cuidados de ASTERIU PINTO FILHO

### 1. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO-PODER EXECUTIVO - SEÇÃO I - MINISTÉRIO PÚBLICO - MÓDULO III

**30/6/2009 - AVISO**
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Conselho Superior
Aviso nº 121/2009 - CSMP, de 29/06/2009
O Conselho Superior do Ministério Público avisa, nos termos do artigo 211 de seu Regimento Interno, e para os fins do disposto no parágrafo 2º do artigo 9º da Lei nº 7.347, de 24 de
julho de 1985, que em sua Secretaria se encontram à disposição das Associações legitimadas, pelo prazo de 10 (dez) dias, os
seguintes protocolados:
Habitação e Urbanismo
Protocolo nº: 52.085/09 2 volume(s) 7 apenso(s)/anexo(s)
nº de origem: 85/07
Artur Nogueira
Interessados: Prefeitura e Câmara Municipal de Holambra
Assunto: Apuração de irregularidades relativas ao plano
diretor do município de Holambra

**Esta mensagem é enviada com a complacência da nova legislação sobre correio eletrônico, Seção 301, Parágrafo (a) (2) (c) Decreto S.1618, Título Terceiro aprovado pelo "105 Congresso Base das Normativas Internacionais sobre o SPAM".**

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

**PAUTA DA REUNIÃO DA MESA DIRETORA**
**DATA: 03 DE JULHO DE 2009.**
**HORÁRIO: 18 HORAS**

**ASSUNTOS A SEREM TRATADOS:**

- ✓ **PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DESTA CASA DE LEIS;**

- ✓ **CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO PARA PRESTAR SERVIÇOS A ESTE LEGISLATIVO.**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

**Comunicado**

Comunicamos aos Senhores Vereadores os horários que o Drº. Fabio estará presente nesta Casa de Leis. São os seguintes horários:

- Segunda –feira: a partir das 17 horas;
- Quarta- feira: das 13 às 17 horas;
- Sexta -feira : das 08 às 12 horas.

Firmamo-nos nosso apreço e consideração.

Atenciosamente.

**ASTÉRIO PINTO FILHO**
**Vereador/Presidente**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

tratamento de saúde na condição de servidor público, nada impede de continuar exercer mandato de Vereador.

O fato de o servidor público (estadual ou municipal) estar de licença médica, não significa que esteja impedido de exercer seu mandato político. Precisaria para tal que o problema que deu causa à licença-saúde fosse impeditivo para exercer a vereança.

Um cirurgião, por exemplo, quebra uma mão ou um braço, está por um determinado período impedido do exercício da profissão, mas pode perfeitamente, exercer o mandato de Vereador ou de Prefeito.

Destacamos, por oportuno, que o Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 62988-PR (2003/232203-0), tendo como relator o Ministro Paulo Medina, expõe o seu posicionamento a respeito de aposentadoria de servidor público agente político, o qual passamos a transcrever por tratar-se de assunto análogo ao ora consultado:

> *"PREVIDENCIÁRIO – MANDADO DE SEGURANÇA – APOSENTADORIA POR INVALIDEZ – BENEFICIÁRIO ELEITO VEREADOR DE SEU MUNICÍPIO – CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO – ILEGALIDADE.*
>
> 1. *Se a patologia que acomete o segurado e que motivou a concessão de sua aposentadoria por invalidez persiste, o ato que cancela o benefício, em razão dele ter sido eleito vereador, ofende o art. 5º, caput e inciso I, da Constituição Federal, que asseguram a igualdade, sem distinção de qualquer natureza. Claramente este ato, sobre ser restritivo e limitador de direitos, não se compadece com os critérios de elegibilidade relativos aos demais cidadãos que estejam no gozo dos seus direitos políticos, aposentados ou não, para os quais nenhuma limitação ao exercício da cidadania foi imposta pela Carta Constitucional e pelas Leis Complementares nºs 64/90 e 81/94.*
>
> 2. *Qualquer aposentado, seja qual for a espécie de seu benefício, estando no pleno gozo de seus direitos políticos e desde que não seja analfabeto, poderá ser eleito para cargos junto aos Poderes Executivo e Legislativo. Nem mesmo aos deficientes físicos foi imposta limitação para o exercício e permanência em tais cargos.*
>
> 3. *O art. 46 da Lei nº 8.213/91, quando dispõe que o aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, está referindo-se à atividade de prestação de serviços em geral e não à dos ocupantes de cargos eletivos que não se incluem na categoria de prestadores de serviços.*

*4. Apelação provida. Segurança concedida".*

A decisão acima examinou a situação de aposentadoria de servidor público eleito Vereador, mas serve de parâmetro para o caso concreto sob consulta, no que diz respeito à licença médica.

Finalizando, por todo o exposto, entendemos esclarecida a dúvida do nobre consulente.

É o parecer.

São Paulo, 18 de maio de 2006

**ISANICE MARIA DE C. G. FERREIRA**
Advogada

De acordo, encaminhe-se.

**VERA LÚCIA DE OLIVEIRA ALCOBA**
Coordenadora de Assistência Jurídica

**(*) Parecer elaborado em 11/05/2006.**

CAJ/imcgf/sg

## Camara Holambra

**De:** "Cauê Macris" <cauemacris@camara-americana.sp.gov.br>
**Para:** <camaraholambra@camaraholambra.com.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 25 de junho de 2009 09:25
**Assunto:** Convite

Bom Dia!!

A/C: Andreza

Favor encaminhar este convite o Senhor Marcel Arantes Montoro

Atenciosamente

Angelica

# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

## Gabinete Vereador **Sérgio Benassi**

Campinas, 22 de junho de 2009

Ofício nº 071/09/mab

Prezado Senhor,

A Câmara de Vereadores de Campinas, na pessoa do vereador Sérgio Benassi (PCdoB) e o Movimento Pelas Melhorias no Transporte e Trânsito da Região Metropolitana de Campinas, convidam vossa senhoria para um debate público a ser realizado no **dia 30 de junho, às 10h, no Plenarinho da Câmara.**

O objetivo do debate público é tratar sobre o planejamento das obras do túnel de pedestre no Terminal Metropolitano, a concessão do serviço de transporte metropolitano e Bilhete Único e a criação do Conselho Metropolitano de Transporte e Trânsito.

Serão convidados para o evento a Imprensa, a EMTU, a EMDEC, vereadores da RMC, deputados, representantes de conselhos e associações, movimento popular, sindicatos e usuários do Terminal Metropolitano.

Este novo debate foi previsto no evento similiar ocorrido em março deste ano, em que foram apresentadas algumas informações sobre o Terminal e o transporte metropolitano e foi firmado um compromisso de realização de um encontro para atualização da comunidade.

Respeitosamente,

Sérgio Benassi
Vereador PCdoB

# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

SEED
8 74 02.0387-3 - DR/SPI
C. M. CAMPINAS
CORREIOS

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

End: R ANTONIO DAMASIO FELIPINI Nº: 188 Comp: SALA 5 CENTRO

HOLAMBRA - SP Cep: ~~13000-825~~ 13825

Vereador **Sérgio Benassi** - PC do B
Av. da Saudade, 1004
Gabinete 32 - Ponte Preta - Campinas
CEP: 13041-670 - Fone: (19) 3736-1740

**Noemia**

**De:** "Griffon Brasil Assessoria Ltda" <boletim.sp@griffoncorp.com.br>
**Para:** <noemia@camaraholambra.com.br>
**Enviada em:** sexta-feira, 26 de junho de 2009 11:05
**Assunto:** Boletim Griffon 26/06/2009

tel: (11) 3186-8100
email: boletim.sp@griffoncorp.com.br

# BOLETIM DE PUBLICAÇÕES

**26 de Junho de 2009**

**A**
**CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA**
Aos cuidados de PRESIDENTE / PROCURADORIA JURIDICA

## 1. CADERNO 2 - JUDICIAL 2ª INSTÂNCIA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA - MÓDULO IV 26/6/2009 - SEÇÃO III

SEÇÃO III
Subseção II - Processos Entrados e dependentes ou não de preparo
Entrada de Feitos Originários, e de Recursos da Câmara Especial e Órgão Especial
Entrada Originários Direito Público, Câm. Especializadas e Meio Ambiente - Palácio Justiça-sala 107
PROCESSOS ENTRADOS E DEPENDENTES OU NÃO DE PREPARO
932391.5/2 AGRAVO DE INSTRUMENTO - A.NOGUEIRA/M.MIRIM VARA UNICA 1.OF. - ANULACAO DE ATO ADMINISTRATIVO - INDENIZACAO POR DANOS MORAIS - MEDIDA CAUTELAR - 003464/2009 - 2 VOLUMES - VALOR INEXISTENTE - AGRAVANTE: ANDREZZA ESPERANÇA E OUTROS - AGRAVADO: ASTERIO PINTO FILHO -INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA -ADVS: CAIO HENRIQUE SAMPAIO PREZOTI E MESSIAS MARQUES RODRIGUEZ - PREPARADO 2.INSTANCIA - PROTOCOLADO SOB N. 5968148.

**Esta mensagem é enviada com a complacência da nova legislação sobre correio eletrônico, Seção 301, Parágrafo (a) (2) (c) Decreto S.1618, Título Terceiro aprovado pelo "105 Congresso Base das Normativas Internacionais sobre o SPAM".**

# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.camaracampinas.sp.gov.br

## Gabinete do Vereador Zé do Gelo

Campinas, 15 de junho de 2009.

Prezado(a) Senhor(a),

Considerando a necessidade de se acompanhar efetivamente os trabalhos que estão sendo feitos em nossa região para ampliação do Aeroporto de Viracopos, vimos à presença de Vossa Excelência para convidá-lo a integrar a FRENTE PARLAMENTAR DE VEREADORES DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS que estamos criando.

Nosso intuito é fortalecer, através deste Parlamento, a atuação das Casas Legislativas da RMC no tocante ao referido projeto, auxiliando no que for preciso para incrementar os estudos e desenvolver alternativas sustentáveis que visam minimizar os impactos ambientais na região.

Conto com o seu apoio para realizarmos um bom trabalho, atendendo aos anseios da região, sem perder de vista a necessidade de contribuir para o desenvolvimento das cidades envolvidas.

Como Vereador na Câmara Municipal de Campinas, coloco meu gabinete à disposição para que haja estreitamento de laços e união de forças entre as demais Casas Legislativas, através do telefone (19) 3736-1490, ou à Avenida da Saudade, 1004 – Sala 08, Bairro Ponte Preta.

Atenciosamente,

**Zé do Gelo**
***Trabalhando por você!***
**Vereador - PV**

# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

SEED
8 74 02.0387-3 - DR/SPI
C. M. CAMPINAS
CORREIOS

**EXMO.(A) SR.(A) ASTÉRIO PINTO FILHO – DEM**
**ENDEREÇO: RUA ANTONIO DAMÁSIO FILIPINI, 188, SALA 5**
**CENTRO, CEP 13825-000, HOLAMBRA/SP**

VEREADOR **ZÉ DO GELO/PV**
AV. DA SAUDADE, 1004 – SL 08 - PONTE PRETA
CEP 13041-670 CAMPINAS, SP

EVENTOS



**Ricardo Caldas**
Cientista Político e Economista,
Phd em relações internacionais. Prof da UNB



**Ricardo Kotscho**
Foi Assesor de Imprensa do Presidente Lula,
Editor da Folha de São Paulo,
Jornal do Brasil, Vencedor de 4 Prêmios
ESSO de jornalismo



**José Neumanne**
Editorialista do Jornal Estado de
São Paulo,comentarista do SBT e radio Jovem Pan



**Fernando César Mesquita**
Editor de grandes jornais e revistas,
criou a TV SENADO, foi presidente do IBAMA



**Sérgio Rondino**
Assessor de Imprensa e Porta-voz
da Prefeitura de São Paulo



**Joaquim de Carvalho**
Foi repórter da Revista Veja, TV GLOBO,
SBT, RECORD. É Assessor de
Imprensa da Câmara de São Paulo




**Rosangela Sanches**
Editora da Revista Consultor Jurídico e Assessora
de Comunicação do Ministério Público - SP



**Fernando Lattman-Weltman**
Cientista Político e Sociólogo da Fundação
Getulio Vargas e Prof da PUC - RJ




**Dr . Miguel Moretti**
Diretor de Planejamento e Infra-Estrutura da
Sociedade Brasileira de Cardiologia



**Jorge Jacoby Fernandes**
O maior especialista em LRF do país



**Dr. Odair Correa**
Vice governador do Estado do Pará



**Marcos Reis Gonçalves**
Diretor do IBAM



**Flávio Dino**
Deputado Federal

Informações:

**11 2807-5125 / 2862-2021**

REALIZAÇÃO

IBVG
Instituto Brasileiro de
Verificação de Gestão

PROMOÇÃO

DALUPE
PRODUÇÕES

APOIO

TRIBUNA1
100% POLÍTICA

**www.tribuna1.com.br/seminario**

# III Seminário Brasileiro Sobre Técnicas de Gestão Municipal

## 20, 21 e 22 DE OUTUBRO DE 2009
## HOTEL PANAMERICANO - SÃO PAULO-SP

**3 CURSOS EM 1**

**Com a 2ª inscrição a 3ª é grátis até o dia 30/09/09**

**Vagas limitadas!**

- SECRETARIA DE GOVERNO
- SECRETARIA DE FINANÇAS
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- SECRETARIA DE SAÚDE
- CHEFIA DE GABINETE
- PESSOAL ESPECIALIZADO
- PROCURADORIA
- ASSESSORIA PARLAMENTAR

**PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS**

Nosso pacote inclui 02 diárias no Hotel Panamericano, 03 refeições, 06 coffe-breaks e certificado.

**INVESTIMENTO BAIXO**

Informações:

**11 2807-5125 / 2862-2021**

**Senhor Gestor,**

O **III SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE TÉCNICAS DE GESTÃO MUNICIPAL** será realizado em três etapas, nos dias, 20, 21 e 22 de outubro de 2009, no Hotel Panamericano, na cidade de São Paulo.

Abrimos o leque.com a abordagem didática de importantes temas do mais alto interesse da gestão municipal.

Criamos condições para que a vossa instituição participe do nosso conclave à partir de sua comodidade até o resultado final dos cursos a serem ministrados.

A sua presença servirá para demonstrar o quanto a vossa gestão, preocupa-se com a reciclagem e aprimoramento de seus quadros.

Ficamos no aguardo do vosso contato pelos fones **(11)** 2807-5125 / 2862-2021, para informá-los quanto às inscrições.

**www.tribuna1.com.br/seminario**

Atenciosamente,

**Ricardo Sanchez**
**Diretor Executivo**

# PROGRAMAÇÃO

## 20 de outubro de 2009

09:00 hs.
Abertura

09:20 hs. ás 12:00 hs.
**Gestão Pública: Desafios e Perspectivas**
Por **Marcos Flávio Gonçalves**
Advogado, Mestre em Administração Pública pela EBAP da Fundação Getulio Vargas-RJ. Prof. de Direito Administrativo na Universidade Estácio de Sá–RJ. Assessor do IBAM – Instituto Brasileiro Administração Municipal.

14:30 hs. ás 18:30 hs.
**O Processo Legislativo Municipal**
Por **João Jampaulo Junior**
Mestre e Doutor em Direito Constitucional pela PUC – SP . Prof. Titular da Cadeira do Direito Constitucional da UNIANCHIETA.Tem vários livros publicados sobre a matéria. Conferencista muito requisitado em todo o Brasil

## 21 de outubro de 2009

08:30 hs. ás 18:30 hs.
**Pregão Eletrônico e Presencial Práticas e Eficiência**
**Aprimoramento e Atualização da LCP 123/06, Decreto 6204/07 - Compras pelo Sistema de Registro de Preços**
Por **Silas Mendes de Moraes**
Engenheiro Civil pela Universidade de Ponta Grossa–PR . Com 25 anos de experiência em Licitações Públicas. Diretor da Multicenp–PR.

## 22 de outubro de 2009

08:30 hs. ás 18:30 hs.
**SUS Municipal - Gestão Financeira e Orçamentária**
Por **Ana Paola Machado**
Pós-Graduada em Perícia Contábil e Controle Externo. Foi Gerente de Contratos e Convênios da Secretaria Administrativa e Financeira da Política Social da Prefeitura de Belo Horizonte. Foi Gerente de Controle Orçamentário e Acompanhamento de Gastos com a Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de BH. Atua como Gerente de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de BH.




III Seminário Brasileiro Sobre Técnicas de Gestão Municipal

EXMO PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA - SP
RUA ANTONIO DA MASIO FILIPINI 188 CENTRO
SALA 5
CEP - 13825-000

www.tribuna1.com.br/seminario

Rua Tabapuã 594 -Conj 78 -Itaim-Bibi -CEP 04533-014 - São Paulo-SP
Fones - 11 2807 5125 -2862 2021 - 2244 8012